

Banco Société Générale Brasil S.A.

**Demonstrações Financeiras Consolidadas Especiais
para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010**

Banco Société Générale Brasil S.A.
Demonstra o consolidada da posi o financeira
Em milhares de reais – levantado em 31 de Dezembro de 2010

Ativo	Nota	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Caixa e reserva do Banco Central	5	1.287.863	340.015
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negocia�o		1.118.779	895.687
Títulos e valores mobiliários	6.A	918.251	699.776
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumento de hedge)	6.B	200.528	195.911
Ativos financeiros disponíveis para venda	7	478.457	1.145.769
Títulos e valores mobiliários		478.457	1.145.769
Empréstimos e recebíveis		3.199.594	3.266.597
Empréstimos e adiantamentos a institui�es financeiras	8.A	6.298	207.794
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8.B	3.343.735	3.283.346
Provisão para perda por redu�o ao valor recuperável	8.C	(150.439)	(224.543)
Ativos não correntes mantidos para venda	9	214	347
Créditos tributários	34.B	438.788	447.862
Outros ativos	12	182.050	107.465
Investimentos		44	54
Ativo imobilizado	10	26.907	46.410
Ativos intangíveis	11	229.989	225.392
Total do ativo		6.962.685	6.475.598

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Demonstra o consolidada da posi o financeira
 Em milhares de reais – levantado em 31 de Dezembro de 2010

Passivo e Patrim�nio Líquido	Nota	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negocia�o	13	239.007	272.739
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumento de hedge)		239.007	272.739
Passivos financeiros ao custo amortizado		5.161.389	4.572.993
Depósitos de clientes	14	1.190.138	1.006.688
Depósitos de institui�es financeiras	15	172.466	1.097.686
Capta�es no mercado aberto	15	131.652	453.597
Obriga�es por empréstimos e repasses	16	3.667.133	2.015.022
Provisões	17	216.669	164.613
Outros passivos	18	221.206	236.177
Patrim�nio líquido	19	1.124.414	1.229.076
Capital		1.404.905	1.404.905
Reserva de capital	19(e)	(29.056)	-
Reserva de reavalia�o		289	332
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		(109)	21.186
Hedge de fluxo de caixa		2.752	5.045
Prejuízos acumulados		(254.370)	(212.072)
Total do patrim�nio líquido atribuído aos controladores		1.124.411	1.219.396
Total do patrim�nio líquido atribuído aos acionistas não controladores		3	9.680
Total do passivo e patrim�nio líquido		6.962.685	6.475.598

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Demonstra o consolidada do resultado
 Em milhares de reais – para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

	Nota	31 de dezembro de 2010
Receita líquida de juros		884.537
Receitas de juros e similares	22	1.091.152
Despesas de juros e similares	23	(206.615)
Perdas líquidas de recupera�o por redu�o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	8.(c)	(169.807)
Receita líquida de juros após perdas por redu�o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos		714.730
Resultado líquido com tarifas e comissões	24	8.983
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negocia�o	25	(135.814)
Resultado líquido realizado de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e com instrumentos derivativos não destinados a negocia�o	26	(40.525)
Despesas de pessoal	27	(175.867)
Despesas administrativas	28	(281.298)
Deprecia�o e amortiza�o	29	(10.418)
Outras receitas (despesas) operacionais	30	(115.783)
Prejuízo operacional antes da tributa�o		(35.992)
Imposto de renda e contribui�o social	33	(6.385)
Prejuízo líquido consolidado do exercício		(42.377)
Prejuízo atribuível � controladora		(42.377)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		-
Total do Prejuízo líquido básico por a�o (em R\$)		(87,71)
Ordinárias		(87,71)
Preferenciais		(87,71)
Total do Prejuízo líquido diluído por a�o (em R\$)		(87,71)
Ordinárias		(87,71)
Preferenciais		(87,71)

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Demonstra o consolidada do resultado abrangente
Em milhares de reais – para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

	31 de dezembro de 2010
Prejuízo líquido do exercício	(42.377)
Ajustes ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de impostos	19.C (21.295)
Parcela efetiva referente a <i>Hedge</i> de fluxo de caixa, líquida de impostos	19.D (2.293)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(23.588)
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(65.965)
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos atribuídos aos controladores	(65.965)
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos atribuídos aos acionistas não controladores	-

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.**Demonstra o das muta es do patrim nio líquido**

Em milhares de reais – para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

	Patrim�nio líquido atribuível � controladora							Participa�es de acionistas não controladores	Total do patrim�nio líquido	
	Nota	Capital	Prejuízos acumulados	Reserva de reavalia�o	Reserva de capital	Ajustes de Avalia�o Patrimonial	Hedge de fluxo de caixa			Total do PL atribuível � controladora
Em 1� de janeiro de 2010		1.404.905	(212.072)	332	-	21.186	5.045	1.219.396	9.680	1.229.076
Prejuízo líquido do exercício		-	(42.377)	-	-	-	-	(42.377)	-	(42.377)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.C	-	-	-	-	(21.295)	-	(21.295)	-	(21.295)
Hedge de fluxo de caixa - Parcela efetiva	19.D	-	(438)	-	-	-	(2.123)	(2.561)	-	(2.561)
Hedge de fluxo de caixa - Transferência para o resultado devido a inefetividade	19.D	-	-	-	-	-	(170)	(170)	-	(170)
Constitui�o (realiza�o) de reservas		-	517	(43)	-	-	-	474	-	474
Aquisi�o de controle de investimento		-	-	-	(29.056)	-	-	(29.056)	(9.677)	(38.733)
Em 31 de dezembro de 2010		1.404.905	(254.370)	289	(29.056)	(109)	2.752	1.124.411	3	1.124.414

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Demonstra o consolidada dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	1� de janeiro a 31 de dezembro de 2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo) líquido do semestre/exercício		(42.377)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		272.251
Deprecia�o do ativo imobilizado	29	9.285
Amortiza�o do ativo intangível	29	1.133
Provisão para perda por redu�o ao valor recuperável	8.c	169.808
Provisões para a�es judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas	30	53.786
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	7	(21.295)
Varia�o cambial sobre opera�es de empréstimos e recebíveis e capta�es		47.740
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos Ativos		52.820
Participa�o de acionistas minoritários		(9.677)
Ágio em transa�o de capital	20.e	(29.056)
Hedge de fluxo de caixa		(2.293)
(Prejuízo) líquido ajustado		229.874
Varia�o de ativos e obriga�es		
		713.979
Redu�o de reserva do Bacen	5	636
Redu�o em ativos financeiros disponíveis para venda		551.690
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negocia�o		(107.470)
Redu�o em empréstimos e recebíveis		(121.247)
(Aumento) em outros ativos		(74.585)
(Redu�o) em passivos financeiros ao valor justo através do resultado de mantidos para negocia�o		(33.732)
Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado – depósitos de clientes, de institui�es financeiras e capta�es no mercado aberto		559.098
Pagamento de a�es judiciais	30	(1.730)
(Redu�o) em outros passivos		(58.681)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais		943.853
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Redu�o em ativos não correntes mantidos para venda	9	133
Aquisi�o de ativo intangível	11	(8.607)
Aliena�o de ativo intangível	11	2.877
Aliena�o de investimento		10
Aquisi�o de imobilizado	10	(6.629)
Aliena�o de imobilizado	10	16.847
Caixa líquido investido nas atividades de investimento		4.631
Redu�o líquida em caixa e equivalentes de caixa		948.484
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	338.956
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	1.287.440

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

1. Informa es gerais

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco Société Générale")   uma sociedade an nima de capital fechado, sediada na Avenida Paulista, 2300 – Bela Vista – São Paulo – SP – Brasil, organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar com as carteiras: comercial, câmbio, investimento, crédito, financiamento e presta o de serviços. Sua matriz   sediada na França e está no Brasil desde o ano de 1967, atuando principalmente no mercado financeiro.   uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Banco Société Générale   uma subsidiária integral do Société Générale Group - Matriz França ("Grupo Société Générale").

O conglomerado financeiro   composto pelo Banco Société Générale e por suas controladas SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Société Générale Leasing"), Société Générale S.A. – Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Société Générale Corretora"), Banco Cacique S.A. ("Banco Cacique") e Banco Pec nia S.A. ("Banco Pec nia"), conforme descrito na nota explicativa n  2.4.2. - "Escopo de consolida o".

As opera es conduzidas pelas empresas do conglomerado estão no contexto de um conjunto de institui es que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas institui es e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo cr terios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

As controladas são subsidiárias integrais e são apresentadas de forma consolidada nestas demonstra es financeiras.

A Société Générale Leasing tem por objeto social a prática das opera es de arrendamento mercantil. Suas opera es são conduzidas no contexto de um conjunto de institui es que atuam integradamente no mercado financeiro.

A Société Générale Corretora tem por objeto social exercer a intermedia o em opera es de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar opera es compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários.

O Banco Cacique está organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comerciais, de câmbio, crédito, financiamento e investimento tendo em certas opera es a co-participa o ou a intermedia o de institui es associadas, integrantes do Conglomerado Société Générale.

O Banco Pec nia está organizado sob a forma de banco múltiplo e está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, tendo em certas opera es a co-participa o ou a intermedia o de institui es associadas, integrantes do Conglomerado Société Générale.

Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco Cacique e do Banco Pec nia, bem como para a manuten o de suas opera es são garantidos pelo acionista controlador, o Banco Société Générale.

2. Principais práticas contábeis

2.1. Ado o pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro

Em 24 de setembro de 2009, o Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu a Resolu o n  3.786, obrigando as institui es financeiras e demais institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que estão obrigadas a constituir comit  de auditoria, a apresentar demonstra es financeiras consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation).

Em 18 de março de 2010, o Bacen emitiu a Carta-Circular n  3.435, que determinou os cr terios para elabora o das demonstra es financeiras consolidadas a serem emitidas com o propósito específico de atender a Resolu o CMN n  3.786 e estabeleceu op es de datas de transi o (balanço de abertura) dessas demonstra es financeiras consolidadas, tendo o Banco Société Générale optado pela data de 1  de janeiro de 2010, fato que resultou na apresenta o das demonstra es financeiras consolidadas de forma não comparativa.

A IFRS 1 – "Ado o pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro", estabelece que a primeira demonstra o financeira de acordo com as normas internacionais seja apresentada com a seguinte composi o:

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

- Tr s demonstra es da posi o financeira, referentes ao exercício atual, exercício anterior e balanço de abertura;
- Duas demonstra es do resultado abrangente ou duas demonstra es do resultado separadas (se apresentadas);
- Duas demonstra es dos fluxos de caixa;
- Duas demonstra es das muta es do patrim nio líquido, referentes ao exercício atual e anterior; e
- Respectivas notas explicativas, incluindo informa es comparativas.

Embora as demonstra es financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, tenham sido preparadas em conformidade com a Resolu o CMN n  3.786 e com a op o I da Carta-Circular Bacen n  3.345, e embasadas nos pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation), a ado o dessa op o de não comparabilidade com exercícios anteriores, gera demonstra es financeiras que não se enquadram no contexto de conjunto completo de demonstra es financeiras para fins gerais.

A reconcilia o e a descri o dos efeitos das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para aquelas utilizadas nestas demonstra es financeiras, relativas ao patrim nio líquido e ao resultado, estão demonstradas na nota explicativa n  36 - "Reconcilia o entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a institui es financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen (BR GAAP) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis ao PL e resultado líquido consolidado".

2.1.1. Base da transi o para o IFRS

Aplica o da IFRS 1

As demonstra es financeiras do Banco Société Générale para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstra es financeiras anuais. O Banco Société Générale aplicou a IFRS 1 na prepara o dessas demonstra es financeiras consolidadas.

A data de transi o do Banco Société Générale   1  de janeiro de 2010. O Banco Société Générale preparou sua demonstra o da posi o financeira de abertura nessa data.

Na prepara o dessas demonstra es financeiras de acordo com a IFRS 1, o Banco Société Générale aplicou as exce es obrigatórias relevantes e certas isen es opcionais em rela o   aplica o completa retrospectiva do IFRS.

Isen es da aplica o retrospectiva completa - escolhidas pelo Banco Société Générale

O Banco Société Générale optou por aplicar as seguintes isen es com rela o   aplica o retrospectiva:

- Isen o de combina o de negócios: o Banco Société Générale aplicou a isen o de combina o de negócios e, assim sendo, não reapresentou as combina es de negócios que ocorreram antes de 1  de janeiro de 2010, data de transi o;
- Pagamento baseado em a es: o Banco Société Générale aplicou a isen o de pagamento baseado em a es e, assim sendo, não reapresentou aos pagamentos baseados em a es definidos antes de 1  de janeiro de 2010, data de transi o, conforme a IFRS 2;
- Reclassifica o de categoria de Títulos e Valores Mobiliários, previamente classificados como "Ativos Financeiros ao Valor Justo Através do Resultado – Mantidos para Negocia o" para "Ativos Financeiros Disponíveis para Venda", conforme IFRS 1, parágrafo 20.

As isen es opcionais remanescentes não foram aplicadas pelo Banco Société Générale:

- Ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e *joint ventures*, uma vez que somente as demonstra es financeiras consolidadas do Banco Société Générale foram preparadas de acordo com os IFRS;

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

- Instrumentos financeiros compostos porque o Banco Société Générale não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transi o para o IFRS;
- Passivos para restaura o incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que o Banco Société Générale não possui quaisquer passivos deste tipo.

Exce es da aplica o retrospectiva seguidas pelo Banco Société Générale

O Banco Société Générale aplicou as seguintes exce es obrigatórias na aplica o retrospectiva;

- Contabiliza o de hedge: a administra o utilizou a contabiliza o de hedge a partir de 1  de janeiro de 2010 somente nos casos em que a rela o de hedge atendia aos critérios de contabiliza o de hedge;
- Exce o das estimativas: as estimativas segundo o IFRS em 1  de janeiro de 2010 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- Designa o de instrumentos financeiros anteriormente reconhecidos;
- Isen o do valor justo como custo presumido.

As outras exce es obrigatórias na IFRS 1 não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com rela o às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros;
- Participa o de não controladores;
- Isen o das diferenças acumuladas de conversão;
- Isen o do benefício a empregados; e
- Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o IFRIC 12.

As principais práticas contábeis aplicadas na prepara o destas demonstra es financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposi o em contrário.

2.2. Normas e interpreta es novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O Banco Société Générale não adotou antecipadamente as seguintes novas IFRS e modifica es enumeradas a seguir:

- A IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, que introduz novas exigências para a classifica o, mensura o e baixa de ativos e passivos financeiros:

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da "IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensura o” sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de d vida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo   receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes.

Todos os outros instrumentos de d vida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado   classifica o e mensura o de passivos financeiros refere-se   contabiliza o das varia es no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com rela o aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da varia o no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo   reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As varia es no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reconhecidas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39, o valor total da varia o no valor justo do passivo financeiro seria reconhecido no resultado.

A IFRS 9   aplicável para períodos anuais com início em ou após 1  de janeiro de 2013, com ado o antecipada permitida.

- Modifica es   IFRS 7 - “Instrumentos Financeiros: Divulga es”, transferências de ativos financeiros trazidas pela IFRS 9 (alterada em 2010) Instrumentos Financeiros - aplicável a períodos anuais com início em ou após 1  de janeiro de 2013:

As modifica es   IFRS 7: transferências de ativos financeiros aumentam as exigências de divulga o de transa es envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modifica es têm por objetivo oferecer maior transparência com rela o às exposi es ao risco quando um ativo financeiro   transferido, porém o transferidor ret m certo nível de exposi o contínua no ativo. As modifica es requerem ainda divulga es nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período. O Banco Société Générale não espera que essas modifica es   IFRS 7 tenham um efeito relevante sobre as divulga es de suas demonstra es financeiras.

- Modifica es   IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresenta o”: classifica o de direitos, aplicável a períodos anuais com início em ou após 1  de janeiro de 2010:

As modifica es   IAS 32: classifica o de direitos abordam a classifica o de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, o Banco Société Générale não celebrou nenhum acordo que se enquadraria no escopo das modifica es.

- Modifica es   IAS 12 – “Impostos sobre a renda”: recupera o dos ativos subjacentes quando o ativo   mensurado pelo modelo de valor justo - aplicável a períodos anuais com início em ou após 1  de janeiro de 2011. O IASB emitiu a modifica o da IAS 12 - Income Taxes denominada “Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo   mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - Investment Property, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recupera o do ativo será através do uso ou da venda. A modifica o apresenta uma soluço prática para o problema, introduzindo a presun o de que a recupera o do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modifica es, a SIC-21 – Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modifica es devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1  de janeiro de 2012 e a ado o antecipada   permitida. O Banco Société Générale optou por não adotar a IAS 12 antecipadamente   sua data de efetiva implementa o. O Banco Société Générale não espera que essa implementa o tenha um efeito relevante sobre as divulga es de suas demonstra es financeiras.
- Modifica es   IFRS 1 – “Ado o pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro”: elimina o de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS - aplicável a períodos anuais com início em ou após 1  de julho de 2011:

Modifica o da IFRS 1: em 20 de dezembro de 2010, que trata da elimina o de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS. As modifica es substituem a data fixa de aplica o prospectiva de 1  de janeiro de 2004 para a data de transi o para as IFRS, de forma que os adotantes pela primeira vez das IFRS não tenham de aplicar os requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modifica o deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1  de julho de 2011 e a ado o antecipada   permitida. O Banco Société Générale optou por não adotar a modifica o da IFRS 1 antecipadamente   sua data de efetiva implementa o.

- Modifica es ao IFRIC 14 – “O limite de um ativo de benefício definido, requisitos de fundamento mínimo e sua intera o”: pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento - aplicável a períodos anuais com início em ou após 1  de janeiro de 2011. A altera o no IFRIC 14 aplica-se nas circunstâncias em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e faz um pagamento antecipado de contribui es para cobrir essas necessidades. A altera o permite que a entidade trate o benefício de tal pagamento como um ativo. O Banco Société Générale não espera que essa implementa o tenha um efeito relevante sobre as divulga es de suas demonstra es financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

Em rela o às demonstra es financeiras individuais e consolidadas, publicadas no jornal Valor Econ mico e Diário Oficial do Estado de São Paulo, na edi o de 15 de fevereiro de 2011, para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil, o Banco Société Générale aplicou as normas e instru es do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Plano Contábil das Institui es do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e do Comit  de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

2.3. Base de prepara o

As demonstra es financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico corrigido, com exce o dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

A reconcilia o e a descri o dos efeitos da transi o das práticas contábeis adotadas no Brasil para a IFRS, relativas ao patrim nio líquido, ao resultado, estão demonstradas na nota explicativa n  36 - "Reconcilia o entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) aplicáveis ao patrim nio líquido e resultado líquido consolidado".

As demonstra es financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado.

A prepara o das demonstra es financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administra o. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstra es financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa n  3 - "Estimativas e julgamentos contábeis críticos".

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a opera es com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As opera es com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As opera es com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

2.4. Consolida o

2.4.1. Controladas

As controladas Société Générale Leasing, Société Générale Corretora, Banco Cacique e Banco Pec nia são entidades cujas políticas financeiras e operacionais são determinadas pelo Banco Société Générale e nas quais det m a totalidade das a es com direito de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto exercíveis ou conversíveis, são levados em considera o ao avaliar se o Banco Société Générale controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle   obtido pelo Banco Société Générale e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As opera es entre empresas do conglomerado, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas opera es, foram eliminados no processo de consolida o. As práticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pelo Banco Société Générale.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

2.4.2. Escopo de consolida o

(a) Subsidiárias controladas

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	Percentual	
			Participa�o em capital votante	Participa�o em capital social
SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil Société Générale S.A. – Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	Financeira	100	100
Banco Cacique S.A.	Brasil	Financeira	100	100
Banco Pec�nia S.A. (*)	Brasil	Financeira	100	100

(*) Em 10 de fevereiro de 2010, o Banco Société Générale obteve a totalidade da participa o do Banco Pec nia S.A., adquirindo 30% da participa o pertencente anteriormente ao sócio minoritário Tecnicredito SGPS S.A.(Portugal) pelo valor de R\$ 38.700.

(b) Subsidiárias consolidadas - controladas diretas do Banco Cacique

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	Percentual	
			Participa�o em capital votante	Participa�o em capital social
Cacique Participa�es e Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Brasil	Serviços	99,90	99,90
Cacique Informática Ltda.	Brasil	Serviços	99,99	99,99
Cacique Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Serviços	100,00	100,00
Cacique Fomento Comercial Ltda.	Brasil	Serviços	0,10	0,10
Cacique Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	Serviços	0,01	0,01
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.	Brasil	Serviços	0,10	0,10

(c) Subsidiárias consolidadas - controladas indiretas do Banco Cacique (controladas diretas da Cacique Promotora de Vendas Ltda.)

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	Percentual	
			Participa�o em capital votante	Participa�o em capital social
Cacique Participa�es e Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Brasil	Serviços	0,10	0,10
Cacique Informática Ltda.	Brasil	Serviços	0,01	0,01
Cacique Fomento Comercial Ltda.	Brasil	Serviços	99,90	99,90
Cacique Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	Serviços	99,99	99,99
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.	Brasil	Serviços	99,90	99,90

(d) Subsidiárias consolidadas - controladas diretas do Banco Pec nia

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	Percentual	
			Participa�o em capital votante	Participa�o em capital social
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.	Brasil	Serviços	100,00	100,00

2.5. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresenta o

Os itens incluídos nas demonstra es financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econ mico, no qual a institui o atua ("a moeda funcional"). As demonstra es financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que   a moeda funcional e, também, a moeda de apresenta o do Banco Société Générale.

(b) Transa es e itens da demonstra o consolidada da posi o financeira

Transa es em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio   vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transa o.

As varia es cambiais que surgem da liquida o de tais transa es e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstra o consolidada do resultado.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa   representado por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras. Equivalentes de caixa   representado por aplica es em opera es compromissadas e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das opera es na data da efetiva aplica o seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco Société Générale para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.7. Opera es compromissadas

As compras ou vendas de ativos financeiros vinculados a contrato de revenda ou recompra, respectivamente, são reconhecidos como um financiamento concedido ou recebido garantido pelo ativo financeiro, de acordo com a natureza do vendedor, sendo apresentados na demonstra o de posi o financeira em "Caixa e equivalentes de caixa" (ativo) quando o prazo de vencimento da opera o na data da efetiva aplica o for igual ou inferior a 90 dias e apresentar risco insignificante de mudança de valor justo, em "Empréstimos e recebíveis" (ativo) quando o prazo de vencimento da opera o na data da efetiva aplica o for superior a 90 dias, ou como "Capta es no mercado aberto" (passivo).

As diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como "Receitas (despesas) de juros e similares" ao longo do prazo do respectivo contrato.

2.8. Ativos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado, (b) disponíveis para venda e (c) empréstimos e recebíveis. A classifica o depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administra o determina a classifica o de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria estão incluídos os ativos financeiros mantidos para negocia o.

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negocia o quando são adquiridos ou incorridos principalmente com o objetivo de negocia o no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de varia es no valor justo de ativos financeiros mantidos para negocia o são apresentados na demonstra o consolidada do resultado em "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia o" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra opera o. Nesse caso, as varia es são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida opera o.

Os derivativos ativos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados como disponíveis para venda, os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta   necessidade de liquidez ou   mudança de taxa de juros,

taxa de câmbio ou preços de a es.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo, sendo os juros calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa n  2.14.) e reconhecidos na demonstra o consolidada do resultado como "Receitas de juros e similares". A parcela correspondente   varia o no valor justo   lançada contra o patrim nio líquido, na conta "Ajuste de avalia o patrimonial", sendo realizada contra resultado quando da sua liquida o ou por perda pela redu o ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Nessa categoria, incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banco Société Générale compreendem os "Empréstimos e adiantamentos a institui es financeiras", "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, com base o método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa n  2.14.).

2.9. Passivos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado e (b) mensurados ao custo amortizado. A Administra o determina a classifica o de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os passivos financeiros mantidos para negocia o.

Passivos financeiros mantidos para negocia o são passivos incorridos principalmente com o propósito de negocia o em um futuro próximo ou se fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que são administrados conjuntamente e existe evidência de um padrão recente de obten o de lucros no curto prazo.

Os derivativos passivos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado compreendem aqueles que são atualizados subsequentemente pela taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa n  2.14.), que desconta os pagamentos futuros estimados de juros ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas (receitas) associadas ao instrumento.

As despesas de juros correspondentes são incluídas na conta "Despesas de juros e similares".

2.10. Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e são subsequentemente mensurados pelos seus valores justos com as varia es reconhecidas no resultado.

Para a determina o do valor justo de derivativos,   avaliado se o instrumento em questão   negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo   realizado através de técnicas de precifica o, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos. Na determina o do valor justo são considerados o risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do grupo (derivativos passivos).

Os derivativos não destinados a negocia o receberão tratamento contábil diferenciado se esses derivativos forem designados e qualificados como instrumentos de *hedge*. Se este for o caso, determinamos em qual categoria de *hedge accounting* esse derivativo se classifica.

(a) Derivativos para negocia o

Os derivativos que não se qualificam como instrumentos de prote o (*hedge accounting*) são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado na categoria de mantidos para negocia o.

As mudanças no valor justo destes instrumentos são reconhecidas no resultado do período sob a rubrica "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia o".

(b) Derivativos não destinados   negocia o (*hedge*)

Certos derivativos são utilizados para proteger exposi es a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que atendam aos critérios de contabiliza o como *hedge accounting*. A norma contábil prevê três tipos de estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em opera o no exterior.

Para qualificar-se como *hedge*, um derivativo deve ser:

- Designado e qualificado como um *hedge* de um ativo ou passivo financeiro especificado no início da vigência do contrato;
- Altamente efetivo em compensar a exposi o às altera es no seu valor justo em rela o ao valor justo do item que estiver sendo protegido ou, no caso de *hedge* de fluxo de caixa, em rela o às altera es no fluxo de caixa, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato;
- Formalmente e contemporaneamente documentado como parte do relacionamento de *hedge*, incluindo o objetivo e a estratégia de administra o de risco, a identifica o do instrumento de *hedge* e do item protegido por *hedge* e a exposi o a risco, como a efetividade será analisada prospectivamente e retrospectivamente, e como será mensurada a ineficácia.

A avalia o e documenta o da efetividade das rela es de *hedge* são revisadas no mínimo trimestralmente para confirmar se o instrumento de *hedge* foi e continua a ser efetivo na compensa o de varia es no valor justo ou fluxos de caixa (dependendo da modalidade da opera o de *hedge accounting* estabelecida).

Toda ineficácia   registrada no resultado do período corrente. Se for determinado que um instrumento derivativo designado para *hedge* não   altamente efetivo no *hedge* da exposi o designada, a rela o e contabiliza o do *hedge* são descontinuadas.

Mant mos derivativos qualificados como *hedge* de fluxo de caixa e de valor justo em 1  de Janeiro e 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na nota explicativa n  21 - "Instrumentos financeiros derivativos não destinados a negocia o - *hedge*".

(b.1) Hedge de fluxo de caixa

Para instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo   registrada como um componente do patrim nio líquido na conta de "*Hedge* de fluxo de caixa" e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transa o protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade,   reconhecida no resultado do exercício. Todos os montantes dos instrumentos de *hedge* que afetam o resultado são reconhecidos de forma condizente com a classifica o do item protegido por *hedge*.

Se o relacionamento de *hedge*   descontinuado, a varia o no valor justo do derivativo registrado no patrim nio líquido na conta de "*Hedge* de fluxo de caixa"   reconhecida quando os fluxos de caixa que foram protegidos ocorrerem, de forma condizente com a estratégia de *hedge* original. Se for provável que a transa o prevista não irá ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado será imediatamente reconhecido em resultado.

(b.2) Hedge de valor justo

Para instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como instrumento de *hedge* de valor justo, as varia es no valor justo do derivativo são registradas na demonstra o consolidada do resultado, com quaisquer varia es no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O Banco Société Générale s  aplica a contabiliza o de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos da carteira de ativos e a determinados empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de derivativos de taxa de juros de prote o contra carteira ativa com taxas fixas   reconhecido na demonstra o consolidada do resultado como "Receita de juros e similares" ou "Despesa de juros e similares". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva   reconhecido na demonstra o consolidada do resultado na conta "Ganho (perda) líquido na venda de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e com instrumentos derivativos não destinados a negocia o". As varia es no valor justo da carteira ativa com taxas fixas protegidas por *hedge*,

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstra o consolidada do resultado como "Receita de juros e similares" ou "Despesa de juros e similares".

Se o relacionamento de *hedge*   descontinuado, a contabiliza o como *hedge* de valor justo   interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item de *hedge* para o qual o método da taxa de juros efetiva   usado,   amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

2.11. Reconhecimento e mensura o dos ativos e passivos financeiros

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negocia o - data em que   assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos.

Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transa o. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transa o reconhecidos como despesa na demonstra o consolidada do resultado.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo   baseado nos preços atuais de oferta de compra. Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Banco Société Générale estabelece o valor justo por meio da utiliza o de técnicas de avalia o. As técnicas de avalia o incluem o uso de transa es de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realiz -lo, sem favorecimento; fluxo de caixa descontado; modelos de precifica o de op es e outras técnicas de avalia o geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

2.12. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa proveniente destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios decorrentes da posse do instrumento. Se não houver transferência substancial dos riscos e benefícios, a Administra o avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo no ativo.

Títulos vinculados a recompra e cessões de crédito com coobriga o não são desreconhecidos porque Banco Société Générale ret m substancialmente os riscos e benefícios na extensão em que existe, respectivamente, um compromisso de compr -los a um valor predeterminado ou de realizar pagamentos até uma determinada faixa no caso de *default* do devedor original dos empréstimos e adiantamentos.

Passivos financeiros são baixados se a obriga o for extinta contratualmente.

2.13. Apresenta o de instrumentos financeiros pela posi o líquida entre ativos e passivos

O ativo financeiro pode ser compensado com um passivo financeiro e ser reportado pelo seu valor líquido na demonstra o da posi o financeira se o Banco Société Générale possuir o direito ou obrigatoriedade legal de compensar os montantes reconhecidos na demonstra o da posi o financeira e pode utilizar-se de uma base líquida, realizando um ativo e liquidando um passivo simultaneamente.

2.14. Receitas e despesas de juros e similares

Receitas e despesas de juros e similares para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negocia o ou designados ao valor justo através do resultado, são reconhecidos dentro de "Receitas de juros e rendimentos similares" e "Despesas juros e encargos similares" na demonstra o consolidada do resultado usando o método da taxa efetiva de juros.

Método da taxa efetiva de juros   o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período relevante. A taxa efetiva de juros   a taxa de desconto que   aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, apropriado por um período mais curto, que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco Société Générale estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transa o e todos os outros pr mios ou descontos.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência da redu o ao valor recuperável, a receita de juros   reconhecida com base na taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensura o da redu o ao valor recuperável.

2.15. Resultado líquido com tarifas e comissões

Resultado líquido com tarifas e comissões   reconhecido conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados (conforme descrito na nota explicativa n  25 – Resultado líquido de tarifas e comissões), exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

2.16. Redu o ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento

O Banco Société Générale avalia em cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redu o ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de deteriora o como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda apresentar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

O critério que o Banco Société Générale utiliza para determinar que há evidência objetiva da redu o ao valor recuperável inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do emissor (por exemplo,  ndice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas);
- Viola o de cláusulas ou termos de empréstimos;
- In cio de processo de falência;
- Deteriora o da posi o competitiva do emissor;
- Deteriora o do valor da garantia; e
- Redu o abaixo do nível do investimento.

O Banco Société Générale avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda por redu o ao valor recuperável alocada individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de perda por redu o ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, seja significativo ou não, este   includo num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais há uma perda por redu o ao valor recuperável por deteriora o não são includos na avalia o coletiva.

O montante da perda   mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado   taxa efetiva de juros original do ativo. O valor contábil do ativo   reduzido através do uso de uma conta de provisão (reduzora) e o montante da perda   reconhecido no resultado. Se um empréstimo ou um ativo financeiro mantido até o vencimento possui a taxa de juros variável, a taxa de desconto a ser usada para fins de mensura o de qualquer redu o ao valor recuperável   a taxa efetiva de juros corrente estabelecida pelo contrato. O Banco Société Générale pode mensurar a perda por redu o ao valor recuperável com base no valor justo do instrumento financeiro usando o preço de mercado observável.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro para o qual exista garantia reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execu o da garantia menos custos para obter e vender a garantia caso a execu o da garantia seja provável ou não.

Para fins de avalia o coletiva da redu o ao valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais ativos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos de acordo com as condi es contratuais do ativo que está sendo avaliado.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de ativos financeiros que sejam coletivamente avaliados para fins de identifica o da perda por redu o ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais de ativos do grupo e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica   ajustada com base na data corrente observável para refletir os efeitos de condi es correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica   baseada e para excluir os efeitos de condi es no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administra o para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Quando um empréstimo   incobrável ele   baixado contra provisão para perda por redu o ao valor recuperável. Tais empréstimos são baixados uma vez que todos os procedimentos necessários sejam completados e o montante de perda seja determinado.

Em um período subsequente, se o montante de perda for diminuído e a diminui o estiver relacionada objetivamente   um evento que ocorra após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente   revertida com o ajuste na conta de provisão. O montante de reversão   reconhecido em "Perdas por redu o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos" na demonstra o consolidada do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

O Banco Société Générale avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título e valor mobiliário categorizado como disponível para venda abaixo do seu custo   considerado para determinar se os ativos estão deteriorados. Quando tal evidência objetiva existir para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa (que   mensurada como a diferença entre o custo de aquisi o e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redu o ao valor recuperável desse ativo financeiro anteriormente reconhecido no resultado)   removida do patrim nio líquido e reconhecida na demonstra o consolidada do resultado.

(c) Empréstimos renegociados

Os empréstimos sujeitos a avalia o da redu o ao valor recuperável coletivamente ou que sejam individualmente significativos, e cujos termos e condi es foram renegociados não são considerados mais como vencidos, mas são tratados como novos empréstimos. Em períodos subsequentes, o ativo   considerado a vencer e divulgado apenas em caso de nova renegocia o.

2.17. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisi o. O custo de um ativo intangível adquirido em uma combina o de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisi o.

Intangíveis com vida útil definida são amortizados utilizando-se o método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeito a amortiza o, esses ativos são revisados para a verifica o de deteriora o sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Intangíveis com vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados. No entanto,   realizado um teste de redu o ao valor recuperável no mínimo a cada data base da demonstra o da posi o financeira e sempre que houver evidência objetiva de perda por redu o ao valor recuperável da respectiva classe de ativos. Uma perda por redu o ao valor recuperável   reconhecida no resultado do exercício, na extensão da diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, conforme descrito no item 2.20. desta nota explicativa.

O Banco Société Générale utiliza o modelo de avalia o através do valor recuperável do ativo, que   representado pelo fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

2.18. Ativos não correntes mantidos para a venda

São considerados como tal os ativos não correntes que terão seu valor contábil recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que sejam classificados como mantidos para a venda, o ativo deve:

- Estar prontamente disponível para a venda imediata;
- Ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua aliena o;
- A entidade iniciar um programa para a localiza o de um comprador e concluir a venda;
- Ser ativamente negociado a um preço que seja uma aproxima o razoável do seu valor justo;
- Ter sua venda prevista para o prazo de um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de veículos ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades em liquida o total ou parcial das obriga es de pagamento de seus devedores através da execu o de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas decorrentes da redu o de seu valor contábil para o valor justo menos custos de vender são reconhecidos na demonstra o consolidada do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais".

2.19. Ativo imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos destinados   manuten o das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de opera es que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico deduzidos da deprecia o. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis   aquisi o ou constru o dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a gera o de benefícios econ micos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manuten es são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

A deprecia o de outros ativos   calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edifica es: vinte e cinco anos;
- Móveis, utensílios e equipamentos: dez anos;
- Sistema de processamento de dados: cinco anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ativos que estão sujeitos   deprecia o são revisados para a verifica o de perda por redu o ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo   imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável   o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de aliena es são determinados pela compara o dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstra o consolidada do resultado.

2.20. Redu o ao valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos   amortiza o e são testados anualmente para a verifica o da existência de perdas por redu o ao valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos   amortiza o são revisados para a verifica o de deteriora o sempre que eventos ou

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redu o ao valor recuperável   reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último   o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avalia o da perda pela redu o ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa - UGC.

Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido uma perda pela redu o ao valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão da perda pela redu o ao valor recuperável na data de apresenta o da demonstra o da posi o financeira.

2.21. Opera es de arrendamento mercantil

O Banco Société Générale participa no mercado de arrendamento mercantil tanto como arrendador como arrendatário. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade   retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade   retida pelo arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados na posi o financeira na rubrica "empréstimos e adiantamentos a clientes".

Como arrendatário, as opera es realizadas pelo Banco Société Générale são substancialmente classificadas como arrendamentos operacionais. Sendo as despesas reconhecidas na demonstra o consolidada do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Nos casos de opera es classificadas como arrendamentos financeiros, são reconhecidos os ativos e passivos na demonstra o da posi o financeira pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado, os pagamentos mínimos do arrendamento financeiro são distribuídos entre o encargo financeiro e a redu o do passivo pendente e os ativos são depreciados.

Quando um arrendamento operacional   terminado antes de expira o do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma multa   reconhecido como despesa no período em que a termina o ocorre.

Como arrendador, o Banco Société Générale possui, através de sua controlada Société Générale Leasing, contratos de leasing operacional e financeiro.

2.21.1. Concessão de arrendamento mercantil financeiro

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro na demonstra o da posi o financeira   realizada na conta de "Empréstimos e recebíveis" a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pelo Banco Société Générale e incluídos na mensura o inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com rela o   negocia o, estrutura o e vendas de arrendamento mercantis são excluídos da defini o de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa quando do reconhecimento do lucro da venda do arrendamento. O lucro da venda   reconhecido no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Banco Société Générale.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados regularmente. Caso ocorra redu o no valor residual não garantido estimado, a aloca o da receita pelo prazo do arrendamento   revisada e qualquer redu o em rela o aos valores acumulados   reconhecida imediatamente.

2.21.2. Concessão de arrendamento mercantil operacional

A contabiliza o dos ativos mantidos em um arrendamento operacional na demonstra o da posi o financeira   realizada nas contas do ativo de acordo com a natureza do bem arrendado.

Os custos diretos iniciais incorridos pelo Banco Société Générale são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

A renda do arrendamento   reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos não estejam na mesma base. Os custos, incluindo a deprecia o, incorridos da realiza o da receita, são reconhecidos como despesa.

A política de deprecia o para ativos arrendados depreciáveis   consistente com a política de deprecia o utilizada pelo Banco Société Générale para ativos similares.

2.22. Provisões, ativos e passivos contingentes e obriga es legais

O reconhecimento, a mensura o e a divulga o dos ativos e passivos contingentes e obriga es legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes":

- Provisões - são reconhecidas nas demonstra es financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administra o, for considerado provável o risco de perda de uma a o judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstra es financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realiza o, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulga o; e
- Obriga es legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribui es. Os montantes discutidos, independentemente de avalia o de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstra es financeiras e atualizados de acordo com a legisla o vigente.

2.23. Imposto de renda e contribui o social - corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem imposto de renda e contribui o social corrente e diferido ("imposto sobre a renda"). O imposto sobre a renda   reconhecido na demonstra o consolidada do resultado, exceto na propor o em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrim nio líquido.

A provisão para imposto de renda   constituída com base nos rendimentos tributáveis   alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribui o social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legisla o em vigor,   calculada   alíquota de 15% para as institui es financeiras e 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribui o social decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis são diferidos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribui o social são reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a gera o de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que   provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utiliza o, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos   medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

2.24. Capta es com bancos e outros recursos

São reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos da transa o incorridos e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transa o) e o valor de resgate   reconhecido na demonstra o consolidada do resultado durante o período de vigência destes instrumentos, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.25. Pagamentos baseado em a es

O Banco Société Générale tem três programas de pagamento baseado em a es para os seus diretores e funcionários, onde a empresa recebe os serviços prestados e como contrapresta o outorga às partes op es de compra de a es do Banco Société Générale ou direitos de subscri o de a es a um preço de referência, aplicado um desconto percentual. Em todos os três programas, os instrumentos de capital outorgados aos funcionários são com base nas a es da matriz. Os detalhes em rela o aos três programas estão descritos na nota explicativa n  32 - "Plano de pagamento baseado em a es".

2.26. Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo e longo prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são s lrios, contribui es para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participa o nos resultados e benefícios não monetários. Esses benefícios são reconhecidos dentro do período de competência.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria.

(b) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis e reconhecidos quando o contrato de trabalho   rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios.

(c) Participa o nos lucros

O Banco reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participa o nos resultados (apresentado na conta "Despesas com pessoal" na demonstra o consolidada do resultado) conforme condi es estabelecidas pelo sindicato da categoria.

3. Estimativas e julgamentos contábeis relevantes críticos

As demonstra es financeiras consolidadas especiais são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da Administra o. As estimativas e premissas que impactam as informa es contábeis e são aplicadas de forma consistente entre os exercícios. Eventuais mudanças na apura o das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente e consistentemente nos exercícios subseqüentes.

As estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as melhores estimativas disponíveis e em acordo com as regras aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas, e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros, quando aplicável e permitido pelas normas contábeis.

Estimativas contábeis e o julgamento da Administra o para certos itens são especialmente críticos para o resultado consolidado.

(a) Perdas por redu o ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis

Segundo o IFRS, com base na orienta o fornecida pela IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensura o", o Banco estima a provisão para perdas sobre crédito com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avalia o. Tais cr terios diferem em determinados aspectos dos cr terios adotados segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen (BR GAAP), que usa determinados limites regulatórios definidos pelo BACEN para fins do cáculo da provisão para perdas sobre crédito de liquida o duvidosa.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo na demonstra o da posi o financeira incluem principalmente

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

valores mobiliários classificados como de ativos financeiros mantidos para negocia o, inclusive derivativos; outros ativos financeiros designados ao valor justo e ativos financeiros disponíveis para venda. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são registrados no balanço patrimonial pelo custo histórico amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em notas explicativas às demonstra es financeiras consolidadas.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 – Baseado em dados observáveis de mercado, tais com preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Baseado em outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3 – Baseado em técnicas de avalia o que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31 de Dezembro de 2010	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	255.658	294.137	(38.479)
Mantidos para negocia�o	255.658	294.137	(38.479)
Títulos e valores mobiliários	304.639	304.639	-
Carteira própria	304.639	304.639	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	(48.981)	(10.502)	(38.479)
Ativos financeiros disponíveis para venda	399.996	399.996	-
Títulos e valores mobiliários	399.996	399.996	-
Ativos dados em garantia	692.073	692.073	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia�o	613.612	613.612	-
Disponíveis para venda	78.461	78.461	-
Total	1.347.727	1.386.206	(38.479)
	1 de Janeiro de 2010	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	307.659	384.487	(76.828)
Mantidos para negocia�o	307.659	384.487	(76.828)
Títulos e valores mobiliários	384.975	384.975	-
Carteira própria	384.975	384.975	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	(77.316)	(488)	(76.828)
Ativos financeiros disponíveis para venda	866.789	866.789	-
Títulos e valores mobiliários	866.789	866.789	-
Ativos dados em garantia	593.781	593.781	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia�o	314.801	314.801	-
Disponíveis para venda	278.980	278.980	-
Total	1.768.229	1.845.057	(76.828)

(c) Perda por redu o ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

A Administra o determina que ativos financeiros disponíveis para venda sejam abaixo ao valor recuperável quando ocorre uma baixa significativa ou prolongada no valor justo do ativo, abaixo do seu custo.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

A determina o do que   considerada "significativa" ou "prolongada" requer julgamento. Para alcançar este julgamento a Administra o avalia entre outros fatores, a varia o histórica do preço das a es. Adicionalmente, a evidência objetiva da perda por redu o ao valor recuperável pode ser apropriada quando existe evidência de deteriora o na saúde financeira da investida, no desempenho da indústria e na *performance* do setor, na mudanças de tecnologia, e no fluxo de caixa operacionais e financeiros.

(d) Provisões

São reconhecidas nas demonstra es financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administra o, for considerado provável o risco de perda de uma a o judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas às demonstra es financeiras, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão nem divulga o.

4. Gestão de riscos financeiros relevantes

O nível de risco aceitável na condu o dos negócios   definido pela Alta Administra o do Banco Société Générale em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposi o não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposi o e eventuais excessos   Alta Administra o. A avalia o de todos os riscos   parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco Société Générale, sendo a estrutura de análise composta pela Alta Administra o e comit s que atuam nos seguintes tipos de riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administra o   o órgão responsável pela identifica o e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administra o e monitoramento dos riscos.

4.1. Risco de crédito

O Banco Société Générale está exposto ao risco de crédito, que   o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquida o de uma obriga o. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico da indústria que represente uma concentra o da carteira de investimentos mantida pelo Banco Société Générale podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administra o controla cuidadosamente a exposi o ao risco de crédito. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo ou presta o de garantias financeiras, avais e fianças. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados por departamento especializado conforme segmenta o do mercado em que o risco se insere: Corporate & Investment Bank, Serviços Financeiros Especializados – Varejo e Serviços Financeiros Especializados – Arrendamento Mercantil. Por meio do superintendente responsável por cada segmento de mercado, são endereçadas matérias para aprecia o pelo respectivo Comit  de Crédito. As alçadas locais são definidas pela Matriz. Quando necessário, as decisões do comit s locais são encaminhadas para aprova o da Matriz

O modelo global do Banco Société Générale   monitorado pelo Regulador francês, estando em conformidade com os requisitos do Acordo de Basileia II. Além disto, existe a confronta o do rating proposto com o atribuído pelas agências externas e a análise julgamental que também leva em considera o aspectos setoriais, antes da atribui o final do rating. Os responsáveis pela atribui o e gestão de risco de crédito no Brasil atuam independentemente e reportam-se a áreas especializadas na Matriz.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

No segmento de varejo, os limites são estabelecidos através de credit scoring determinado por metodologia estatística interna ou externa, parametrizado em sistema que reflete os procedimentos determinados pela Política quanto a alçadas, controles e confirma es. Os modelos de score são continuamente acompanhados e ajustados objetivando a maximiza o do retorno do capital alocado.

As opera es de Arrendamento Mercantil (sob responsabilidade da Société Générale Leasing) são concedidas após aprecia o de cada opera o pelo Comit  de Crédito específico com base em avalia es quantitativas e qualitativas feitas em modelos próprios para cada empresa pretendente de opera o de arrendamento mercantil no âmbito de grupo econ mico. As decisões são tomadas por unanimidade de opiniões, cabendo direito de veto exclusivamente   Superintendência da controlada SG Equipment Finance S.A – Arrendamento Mercantil. O Brasil conta com uma alçada para aprova o das opera es de acordo com matriz de prazos e valores e que cobre parte significativa das opera es. Excedida a alçada local, as opera es são submetidas   aprova o da área de riscos da matriz em Paris.

No Atacado, os limites são estabelecidos após análise detalhada da contraparte e da estrutura da opera o. Os critérios utilizados envolvem uma avalia o ampla dos riscos apresentados, dos níveis de concentra o atingidos e dos fundamentos lógicos da solicita o. O rating da contraparte   proposto e monitorado numa ferramenta chamada Starweb, que atende os requisitos de Basileia II. A alçada para aprova o de crédito   centralizada em uma unidade independente da área de negócio, responsável por monitora o de risco do conglomerado.

4.1.1. Mensura o do risco de crédito

(a) Empréstimos e adiantamentos a clientes e a institui es financeiras

Ao mensurar o risco de crédito dos empréstimos e adiantamentos, o Banco Société Générale considera três componentes com rela o   contraparte (i) a probabilidade de inadimplência por parte do cliente ou contraparte com respeito às suas obriga es contratuais; (ii) as exposi es atuais com a contraparte e seu provável desenvolvimento futuro, a partir das quais se identifica a exposi o   inadimplência; e (iii) o provável  ndice de recupera o das obriga es não cumpridas (perdas por inadimplência).

Estas mensura es de risco de crédito, que refletem as perspectivas de perdas ("modelo de perdas esperadas") e são exigidas pela Política de Risco de Crédito, são periodicamente incorporadas   gestão operacional. As mensura es operacionais podem ser comparadas às provisões para perda por redu o ao valor recuperável, as quais são baseadas em perdas que tenham sido incorridas   data do balanço patrimonial ("modelo de perdas incorridas") e não nas perdas esperadas (conforme item 4.1.3 desta nota explicativa).

(i) O Banco Société Générale avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classifica o projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, através da compara o com dados externos disponíveis. A escala de classifica o do grupo reflete as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria. Isto significa que, em princípio, as exposi es migram entre as categorias e a avalia o da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classifica o são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, o Banco Société Générale valida o desempenho da classifica o e de seu poder de previsão com rela o a eventos de inadimplência.

O Banco Société Générale usa classifica o externa, quando possível, para parametrizar sua avalia o interna de risco de crédito. A inadimplência observada por categoria varia de exercício para exercício, especialmente ao longo de um ciclo econ mico.

(ii) A exposi o   inadimplência baseia-se nos valores que podem ser devidos ao Banco Société Générale no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo ou adiantamento,   o valor nominal. Nos compromissos de empréstimos ou adiantamentos, são incluídas todas as quantias sacadas, além do valor que poderá ter sido retirado no momento da inadimplência, se esta vier a ocorrer.

(iii) Perda por inadimplência ou severidade da perda representa a expectativa do Banco Société Générale com rela o ao montante da perda estabelecido por uma a o, se a inadimplência ocorrer. Este montante   expresso como perda percentual por unidade de exposi o e normalmente varia de acordo com a categoria da contraparte, com o tipo e o nível da a o e com a disponibilidade de garantias ou outras formas de mitiga o de crédito.

4.1.2. Controle do limite de risco e políticas de mitiga o

O Banco Société Générale administra, limita e controla concentra es de risco de crédito sempre que estas são identificadas, particularmente, em rela o a contrapartes e grupos individuais e quanto a indústrias e países. Com base nas defini es da Política de Crédito no Brasil, derivadas da política global, são estruturados os níveis de risco

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

máximos, estabelecendo-se limites sobre a extensão de risco aceitável com rela o a um devedor específico e a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais freqüentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria de Gestão de Riscos na matriz.

A exposi o a qualquer tomador de empréstimo ou adiantamento   adicionalmente restrita por sub-limites que cobrem exposi es registradas e não registradas no balanço patrimonial. As exposi es reais de acordo com os limites estabelecidos são monitoradas periodicamente.

A exposi o ao risco de crédito   também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos e adiantamentos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da altera o do limites quando apropriado.

Outras medidas específicas de controle e mitiga o são descritas abaixo.

(a) Garantias

O Banco Société Générale emprega uma variedade de políticas e práticas destinadas a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional dessas medidas   a tomada de garantias sobre a libera o de recursos, que   uma prática comum. O Banco Société Générale implementa orienta es sobre a aceita o de classes específicas de garantias ou mitiga o do risco de crédito. Os principais tipos de garantias diretas e indiretas para empréstimos e adiantamentos são:

- Garantias financeiras;
- Garantias fiduciárias; e
- Garantias reais.

Para minimizar as perdas relativas ao risco de crédito, o Banco Société Générale buscar  garantias adicionais com a contraparte assim que houver indicadores de perdas por redu o ao valor recuperável com rela o a empréstimos e adiantamentos individuais relevantes.

Garantias para ativos financeiros, exceto empréstimos e adiantamentos, são determinadas pela natureza do instrumento.

(b) Derivativos

O Banco Société Générale mant m limites de controle sobre a posi o líquida de derivativos abertos (ou seja, a diferença entre contratos de compra e venda), tanto por valor como por prazo. Em qualquer momento, o valor sujeito ao risco de crédito   limitado ao valor justo atual de instrumentos que são favoráveis ao Banco Société Générale (isto  , ativos com valor justo positivo), sendo que em rela o aos derivativos   apenas uma pequena fra o do contrato; ou valores nominais são usados para expressar o volume de instrumentos em aberto. Esta exposi o ao risco de crédito   administrada como parte dos limites gerais para empréstimo a clientes, juntamente com as exposi es potenciais causadas pelas movimenta es do mercado. Normalmente, garantias não são obtidas para exposi es ao risco de crédito sobre estes instrumentos, exceto quando o Banco Société Générale exige depósitos de margem das contrapartes.

(c) Compromissos de crédito (off balance)

Compromissos para extensão de crédito representam porões não utilizadas de autoriza es para concessão de crédito na forma de empréstimos e adiantamentos, garantias ou letras de crédito. Com rela o ao risco de crédito em compromissos de extensão de crédito, o Banco Société Générale está potencialmente exposto a perdas em montantes iguais ao total de compromissos não utilizados. No entanto, o valor provável de perda   igual ou menor que o total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos depende de que os clientes mantenham padrões de crédito específicos. O Banco Société Générale monitora o vencimento dos compromissos de crédito porque os compromissos de longo prazo em geral oferecem um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de curto prazo.

4.1.3. Políticas de perdas por redu o ao valor recuperável e provisionamento

Os sistemas de classifica o interno descritos no item 4.1.1. desta nota explicativa d o mais ênfase ao mapeamento

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

da qualidade de crédito do que às atividades iniciais de empréstimos e investimento. Em contraste, as provisões para perda pela redu o ao valor recuperável são reconhecidas para fins de elabora o de relatórios financeiros apenas para perdas que tenham sido incorridas na data da demonstra o da posi o financeira com base em evidência objetiva de perdas por redu o ao valor recuperável. Devido às diferentes metodologias aplicadas, o montante de perdas de crédito incorridas contempladas nas demonstra es financeiras consolidadas   geralmente menor do que o montante determinado pelo modelo de perdas esperadas, usado pela área operacional interna e para fins de regulamenta o bancária.

A provisão para perda pela redu o ao valor recuperável no balanço patrimonial do final do exercício   derivada das classifica es de nível de risco.

Os critérios de classifica o auxiliam o Banco Société Générale a determinar a evidência objetiva de perdas por redu o ao valor recuperável com base nos seguintes critérios estabelecidos:

- Inadimplência nos pagamentos de principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor (por exemplo,  ndice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas);
- Viola o de cláusulas ou termos de empréstimos;
- In cio de processo de falência;
- Deteriora o da posi o competitiva do devedor;
- Deteriora o do valor da garantia;
- Redu o abaixo do nível do investimento.

4.1.4. Exposi o máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito

	Exposi�o máxima	
	31 de Dezembro de 2010	1 de Janeiro de 2010
Equivalentes de caixa	1.237.984	295.358
Mantidos para negocia�o	505.167	580.886
Títulos e valores mobiliários	304.639	384.975
Derivativos (não instrumento de hedge)	200.528	195.911
Ativos financeiros disponíveis para venda	399.996	866.789
Títulos e valores mobiliários	399.996	866.789
Empréstimos e recebíveis	3.218.159	3.115.151
Empréstimos e adiantamentos a institui�es financeiras	6.298	207.794
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.343.735	3.283.346
Ativos dados em garantia	692.073	593.781
Ativos não correntes mantidos para venda	214	347
Garantias prestadas (<i>off balance</i>)	195.661	155.989
Total	6.249.254	5.312.978

A tabela acima representa o pior cenário de exposi o ao risco de crédito para o Banco Société Générale em 31 de dezembro 2010 e em 1  de janeiro de 2010, sem considerar qualquer garantia ou outras melhorias de crédito

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

agregadas. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposi es descritas acima são baseadas em valores contábeis líquidos, conforme reportados no balanço patrimonial.

4.1.5. Empréstimos e adiantamentos a clientes ou a institui es financeiras

Os empréstimos e adiantamentos a clientes ou institui es financeiras estão resumidas abaixo:

	31 de Dezembro de 2010		1� de Janeiro de 2010	
	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Empréstimos e adiantamentos a institui�es financeiras	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Empréstimos e adiantamentos a institui�es financeiras
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redu�o do valor recuperável	2.880.347	6.298	2.651.717	207.794
Vencidos mas não sujeitos a perdas por redu�o do valor recuperável	178.593	-	268.533	-
Sujeitos a perdas por redu�o do valor recuperável	284.795	-	363.096	-
Valor bruto	<u>3.343.735</u>	<u>6.298</u>	<u>3.283.346</u>	<u>207.794</u>
Menos - provisão para perdas por redu�o do valor recuperável	<u>(150.439)</u>	<u>-</u>	<u>(224.543)</u>	<u>-</u>
Valor líquido	<u><u>3.193.296</u></u>	<u><u>6.298</u></u>	<u><u>3.058.803</u></u>	<u><u>207.794</u></u>

Empréstimos e adiantamentos a clientes ou institui es financeiras renegociados.

As atividades de renegocia o incluem acordos para extensão de pagamento, planos aprovados pela Administra o, modifica o e deferimento de pagamentos, e outros planos, quando aplicável. Após a renegocia o, a conta de cliente anteriormente vencida, retoma   condi o de normalidade, sendo administrada juntamente com outras contas similares. As políticas e práticas de renegocia o são baseadas em indicadores ou critérios, que indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser efetuados. Essas políticas são mantidas sob contínua revisão. Renegocia es são mais comumente aplicadas a empréstimos a prazo, particularmente a empréstimos e adiantamentos a clientes.

Os empréstimos e adiantamentos renegociados que de outro modo estariam vencidos ou individualmente provisionados por perdas por redu o ao valor recuperável estão demonstrados a seguir:

	31 de Dezembro de 2010	1 de Janeiro de 2010
Empréstimos e adiantamentos a clientes	<u>11.000</u>	<u>7.128</u>
Total	<u><u>11.000</u></u>	<u><u>7.128</u></u>

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

4.1.6. Títulos e valores mobiliários

A tabela abaixo apresenta uma análise dos títulos e valores mobiliários de acordo com a designa o de classifica o de risco:

	31 de Dezembro de 2010		1� de Janeiro de 2010	
	Títulos mantidos para negocia�o	Disponíveis para venda	Títulos mantidos para negocia�o	Disponíveis para venda
Carteira própria	304.639	399.996	384.975	866.789
Notas do Tesouro Nacional (i)	13.947	-	41.324	-
Letras do Tesouro Nacional (i)	290.692	-	340.762	150.151
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	397.641	2.889	671.600
Fundo de investimento em direitos creditórios (ii)	-	2.355	-	12.667
A�es - Listadas (iii)	-	-	-	32.371
Vinculados � presta�o de garantias	613.612	78.461	314.801	278.980
Notas do Tesouro Nacional (i)	-	-	47.202	115.621
Letras do Tesouro Nacional (i)	613.612	-	267.599	-
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	78.461	-	142.642
Certificados de Depósitos Bancários (iv)	-	-	-	20.717
Total	918.251	478.457	699.776	1.145.769

(i) Rating BBB -, conforme Standard & Poor's.

(ii) Cotas do FIDC BCSUL VERAX Crédito Consignado II – Rating Ba1 em 31 de dezembro de 2010 (Aa2 em 1  de janeiro de 2010), conforme Moody's.

(ii) Cotas do FIDC Energisa – Rating AAA em 31 de dezembro de 2010 (AAA em 1  de janeiro de 2010), conforme Standard & Poor's.

(iii) A es da BM&FBOVESPA S.A. – Rating Aaa, conforme Moody's.

(iv) CDB emitido pelo Banco Santander Brasil S.A. (anteriormente Banco ABN Amro Real S.A.) - Rating BBB, conforme Fitch Ratings.

4.1.7. Retomada de garantias

Nas datas indicadas, o Banco Société Générale obteve posse de ativo dado em garantia, como segue:

	31 de dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Outros ativos	214	347
Total	214	347

Incluem o valor contábil de veículos ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades em liquida o total ou parcial das obriga es de pagamento de seus devedores através da execu o de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. As garantias retomadas são mensuradas ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria.

4.2. Risco de mercado

  o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscila o de preços e taxas de mercado em fun o de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posi es detidas pelo Banco Société Générale. São classificadas como fonte de risco de mercado as opera es sujeitas   varia o das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de a es e dos preços de mercadorias (commodities).

As carteiras de investimento não designadas para negocia o correspondem, basicamente, as opera es de empréstimos e adiantamentos realizadas pelo Banco Société Générale, seus títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros,  ndice de preços e câmbio. Além disso, em fun o da desmutualiza o da Bolsa

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

de Valores o Banco Société Générale ficou com algumas a es em seu portfólio (desde Maio/2008 até Maio/2010). As técnicas de mensura o utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

4.2.1. Técnicas de mensura o do risco de mercado

(a) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR   uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas   carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condi es do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manuten o das posi es" (1 dia), além disto, pressupõe também que a movimentac o ocorrida ao longo deste período seguir  um padrão similar ao das movimentac es que tenham ocorrido ao longo de períodos de 252 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR   utilizado para a mensura o de risco das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Estes limites são diariamente monitorados pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

(b) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscila o de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida   internacionalmente conhecida, dentre outras denomina es, por DV01 (dollar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de "Análise de Sensibilidade"   aplicada considerando uma oscila o de 10 basis-point (isto  , 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. O resultado obtido a partir da aplica o do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira)   contrastado com os limites de sensibilidade aprovados para cada fator de risco e então   feita a verifica o de conformidade com os limites pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovada pelo Comit  de Riscos de Mercado e Liquidez.

(c) Testes de stress

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posi es em cenários extremos. O teste de stress   uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econ micos que sejam desfavoráveis financeiramente às posi es da institui o.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de conseq ncias desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado:

- Alto: aplica o de choques direcionais de alta de taxas de juros seguindo agrega o das informa es em prazos pré definidos (também conhecido como "time-bucketing") e segregado por fator de risco (isto  , taxas de juros em reais e/ou em moedas estrangeiras);
- Médio: trata-se da aplica o de um choque de 10 basis points (0,10%) nas taxas de juros em reais e em moeda estrangeira. Portanto, o cenário "Médio" reflete os valores da análise de sensibilidade; e
- Baixo: aplica o de choques direcionais de baixa de taxas de juros seguindo agrega o das informa es em prazos pré definidos (também conhecido como "time-bucketing") e segregado por fator de risco (isto  , taxas de juros em reais e/ou em moedas estrangeiras).

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

4.2.2. Resumo das medidas de Risco de Mercado

(a) VaR Carteira de Negocia o

	31 de dezembro de 2010	1� de janeiro de 2010
Moeda	29.463	12.892
A�es	-	1.081
Juros Pré-fixados em Reais	517	258
Juros em Moedas Estrangeiras	2.487	(393)
Juros Pós-fixados em Infla�o	1	23
VaR Total	32.468	13.861

(b) Análise de Sensibilidade e Teste de Estresse

	31 de dezembro de 2010			1� de janeiro de 2010		
	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo
Risco de taxa de juros locais	1.181	50.795	(37.516)	594	30.254	(15.898)
Risco de taxa de juros internacionais	(3.378)	(25.265)	7.673	(1.697)	(15.831)	7.500
Risco Total	(2.197)	25.530	(29.843)	(1.103)	14.423	(8.398)

4.2.3. Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutua o nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situa o financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio   monitorado diariamente através da apura o da exposi o cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposi o a esse fator de risco através da atua o nos mercados de derivativos cambiais.

A tabela abaixo resume a exposi o do Banco Société Général ao risco de taxa de câmbio em 1  de janeiro e 31 de dezembro de 2010. Na tabela estão includos os instrumentos financeiros ao valor contábil, categorizados por moedas.

Concentra es de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados e não registrados no balanço patrimonial:

Em 31 de dezembro de 2010:

	Dólar dos EUA	EURO	Franco Su�o	Iene	Libra Esterlina	Outros	Total
Exposi�o Ativa	5.450.235	893.058	5.051	326	-	164	6.348.834
Exposi�o Passiva	(5.342.271)	(962.936)	(5.446)	(473)	(29)	(98)	(6.311.253)

Em 1  de janeiro de 2010:

	Dólar dos EUA	EURO	Franco Su�o	Iene	Libra Esterlina	Outros	Total
Exposi�o Ativa	3.968.810	117.308	1	43	125	1.156	4.087.443
Exposi�o Passiva	(3.970.275)	(120.428)	-	(57)	(121)	(1.174)	(4.092.055)

4.2.4. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa   o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo   o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale expõe aos efeitos de flutua es das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem moviment es inesperadas. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Novas Iorque e Brasil juntamente com os membros do Comit  de Riscos de Mercado e

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

Liquidez estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido. A tabela abaixo resume a exposi o do Banco Société Générale ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor justo, categorizados por vencimento.

Em 31 de dezembro de 2010:

	Em até um mês	De um a três meses	De tr�s a 12 meses	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Juros em Reais	(476.398)	79.318	(432.926)	(530.526)	(15.335)	(1.375.867)
Juros em Moedas Estrangeiras	(174.163)	157.855	438.937	460.569	106.135	989.333
Juros indexados � Infla�o	(3.490)	533	2.395	1.043	-	481

Em 1  de janeiro de 2010:

	Em até um mês	De um a três meses	De tr�s a 12 meses	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Juros em Reais	107.251	111.583	47.749	(224.867)	(70.944)	(29.228)
Juros em Moedas Estrangeiras	313.591	(265.886)	39.419	16.872	360.915	464.911
Juros indexados � Infla�o	(54.202)	32	4.141	46.905	747	(2.377)

4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Banco Société Générale não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquida o de seus direitos e obriga es.

4.3.1. Processo de gestão do risco de liquidez

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos e passivos.

O Banco Société Générale envia frequentemente relatórios de risco de liquidez ao BACEN. Tal levantamento   realizado de forma gerencial e sua avalia o   realizada em bases mensais, sendo que, para cada levantamento, o risco de liquidez   avaliado para os três meses seguintes.

4.3.2. Fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiro, descritos pelo prazo de vencimento remanescente   data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez   administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2010:

	Faixa de Prazo (dias corridos)		
	de 1 até 30 dias	de 31 até 60 dias	de 61 até 90 dias
Ativos			
Ativos negociáveis em mercado ativo	1.827.702	-	-
Outras Aplica�es Interfinanceiras de Liquidez	333	-	-
Valores vinculados	824.301	-	-
Carteira de crédito	167.205	154.943	157.074
Aplica�es direcionadas	2.387	-	-
Derivativos	32.635	16.998	15.676
Outros ativos	29.579	13.859	13.859
Total	2.884.142	185.800	186.609
Passivos			
Opera�es compromissadas	131.652	-	-
Depósito � vista	3.927	-	-
Depósito a prazo	43.727	173.623	213.439
Obriga�es por empréstimos no exterior	1.418.092	26.744	51.889
Derivativos	4.313	19.514	11.667
Outros passivos	77.512	56.177	67.197
Total	1.679.223	276.058	344.192
Diferença (ativo e passivo)	1.204.919	(90.258)	(157.583)

Em 1  de janeiro de 2010:

	Faixa de Prazo (dias corridos)		
	de 1 até 30 dias	de 31 até 60 dias	de 61 até 90 dias
Ativos			
Ativos negociáveis em mercado ativo	1.321.208	-	-
Outras Aplica�es Interfinanceiras de Liquidez	127.562	378.097	267.487
Valores vinculados	1.047.905	-	-
Carteira de crédito	215.423	170.392	201.053
Aplica�es direcionadas	-	-	-
Derivativos	19.716	6.974	3.094
Total	2.731.814	555.463	471.634
Passivos			
Opera�es compromissadas	453.735	-	-
Depósitos interfinanceiros	213.020	591.762	476.234
Depósito � vista	8.472	-	-
Depósito a prazo	10.352	141.543	284.941
Obriga�es por empréstimos no exterior	178.206	42.556	39.601
Derivativos	7.205	9.965	6.829
Outros passivos	104.874	104.897	104.715
Total	975.864	890.723	912.320
Diferença (ativo e passivo)	1.755.950	(335.260)	(440.686)

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obriga es e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos e adiantamentos. A Administra o também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

4.4. Risco operacional

Defini o

  a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequa o de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado   inadequa o ou deficiência em contratos firmados pela institui o, bem como san es em razão de descumprimento de dispositivos legais e indeniza es por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela institui o.

Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela institui o;
- Aqueles que acarretem a interrup o das atividades da institui o;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informa o; e
- Falhas na execu o, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na institui o.

Gestão e metodologia

O Banco Société Générale identifica e monitora a sua exposi o ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles:

- Avalia o de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II; essa avalia o   revisada no mínimo anualmente e desencadeia planos de a es mitigantes a partir de um certo nível de exposi o;
- Análise sistemática das perdas operacionais históricas;
- Monitoramento mensal de indicadores de riscos;
- Controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de a es corretivas;
- Controles de conformidade e de preven o   lavagem de dinheiro ("compliance");
- Plano de continuidade de negócios;
- Comit  de novos produtos; e
- Campanhas de conscientiza o dos colaboradores.

4.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo (*)

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

	Valor contábil		Valor justo	
	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Ativos financeiros	3.199.594	3.266.597	3.138.991	3.162.315
Empréstimos e recebíveis	3.199.594	3.266.597	3.138.991	3.162.315
Empréstimos e adiantamentos a institui�es financeiras	6.298	207.794	6.296	207.794
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.343.735	3.283.346	3.283.134	3.179.064
Provisão para perda por redu�o ao valor recuperável	(150.439)	(224.543)	(150.439)	(224.543)
Passivos financeiros	(5.161.389)	(4.572.993)	(5.186.676)	(4.560.781)
Passivos financeiros ao custo amortizado	(5.161.389)	(4.572.993)	(5.186.676)	(4.560.781)
Depósitos de clientes	(1.190.138)	(1.006.688)	(1.190.267)	(1.006.884)
Depósitos de institui�es financeiras	(172.466)	(1.097.686)	(182.372)	(1.085.357)
Capta�es no mercado aberto	(131.652)	(453.597)	(131.652)	(453.597)
Obriga�es por empréstimos e repasses	(3.667.133)	(2.015.022)	(3.682.385)	(2.014.943)

(*) Para os valores justos dos ativos e passivos foi utilizada a mesma metodologia e modelos de precifica o do Grupo, conforme notas explicativas n  2.11 e n  3 (b).

4.6. Gestão de capital

Os objetivos do Banco Société Générale na gestão de capital, que   um conceito mais amplo do que o de "patrim nio"   luz dos balanços patrimoniais, são os seguintes:

- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera;
- Salvar a capacidade operacional de forma que ele continue proporcionando retorno aos acionistas e benefícios aos outros interessados;
- Manter uma sólida base de capital para suportar o desenvolvimento de seus negócios.

A tabela a seguir resume a composi o do capital regulatório e os índices do Banco Société Générale em 31 de dezembro e 1  de dezembro de 2010. Durante o exercício apresentado, as entidades individuais e o Banco Société Générale como um todo cumpriram todas as exigências externas relativas ao capital às quais estão sujeitos, de acordo com as práticas e requerimentos adotados pelo Bacen.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

Apurac o dos limites de Basiléia II

<u>Rubrica</u>	C�culo pelo critério atual (Basiléia II)	
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1� de janeiro de 2010</u>
Patrim�nio Líquido de Referência - PR	1.096.870	1.132.391
Patrim�nio de Referência Exigido - PRE	656.627	593.186
Parcela do Risco das Posi�es "Banking Book" - RBAN	4.145	3.081
Valor da margem	<u>436.098</u>	<u>536.124</u>

Parcelas que compõem o PRE

<u>Parcela</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>		<u>1� de janeiro de 2010</u>	
	<u>Totais</u>	<u>% de consumo do PR</u>	<u>Totais</u>	<u>% de consumo do PR</u>
PEPR	492.075	45%	498.884	44%
PCAM	49.292	4%	4.211	0%
PJUR-1	6.002	1%	5.613	0%
PJUR-2	52.845	5%	22.750	2%
PJUR-3	123	0%	1.947	0%
POPR	56.290	5%	59.781	5%

Extrapola o

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1� de janeiro de 2010</u>
�ndice exigido - BACEN	11%	11%
�ndice alcanado	18,26%	20,89%
(=) Margem extrapolada	3.964.527	4.873.854

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Caixa	49.456	43.598
Caixa em moeda nacional	2.041	4.006
Caixa em moeda estrangeira	47.415	39.592
Equivalentes de caixa	1.237.984	295.358
Aplica�es em ouro	2.683	1.218
Opera�es compromissadas	1.220.280	294.140
Certificados de depósitos interfinanceiros	15.021	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.287.440	338.956
Reservas no BACEN - em espécie	423	1.059
Total de caixa e reserva do Banco Central	1.287.863	340.015

As reservas bancárias não são consideradas como equivalentes de caixa para as Demonstra es Financeiras em conformidade com o BR GAAP.

6. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - Mantidos para negocia o

(a) Títulos e valores mobiliários

	31 de Dezembro de 2010			1� de Janeiro de 2010		
	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo
Carteira própria	305.500	304.639	(861)	385.232	384.975	(257)
Notas do Tesouro Nacional	13.911	13.947	36	41.318	41.324	6
Letras do Tesouro Nacional	291.589	290.692	(897)	341.025	340.762	(263)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	2.889	2.889	-
Vinculados � presta�o de garantias	614.903	613.612	(1.291)	315.307	314.801	(506)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	47.217	47.202	(15)
Letras do Tesouro Nacional	614.903	613.612	(1.291)	268.090	267.599	(491)
Total	920.403	918.251	(2.152)	700.539	699.776	(763)

Títulos e valores mobiliários dados em garantia de opera es com compromisso de recompra acordadas com outros bancos são títulos de d vida pública e são reclassificados e apresentados separadamente como ativos dados em garantia para efeitos de balanço patrimonial (conforme nota explicativa n  9 – "Ativos dados em garantia").

(b) Instrumentos Financeiros Derivativos (não instrumento de *hedge*)

O Banco Société Générale participa de opera es envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA).

(i) Swap

Swaps de moeda e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro e resultam em uma troca econ mica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combina o das mesmas (ou seja, *swaps* de moeda e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

moeda. O risco de crédito do Banco Société Générale representa o custo potencial para repor os contratos de swap se as contrapartes não cumprirem suas obriga es. Este risco   continuamente monitorado com rela o ao valor justo atual,   propo o do valor nocional dos contratos e   liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, o Banco Société Générale avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

(ii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Opera es de futuro de taxas de câmbio e de juros são obriga es contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito   mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as mudanças no valor dos contratos são liquidadas diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são opera es de futuro de taxas de juros negociadas individualmente que exigem a liquida o da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

A composi o líquida (ativo menos passivo) dos valores de referência e dos valores justos dos derivativos de negocia o   a seguinte:

	31 de Dezembro de 2010		1� de Janeiro de 2010	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Risco de taxa de juros	6.922.926	1.587	2.015.463	664
<i>Swaps</i>	6.996	769	13.895	949
Contrato de futuros (i)	6.915.930	818	2.001.568	(285)
Risco de moeda estrangeira	12.225.885	(50.568)	5.937.341	(77.980)
<i>Swaps</i>	5.297.508	(39.248)	3.492.253	(77.777)
Contrato de futuros (i)	6.928.377	(11.320)	2.445.088	(203)
Total	19.148.811	(48.981)	7.952.804	(77.316)

(i) Os valores a liquidar referentes aos contratos de futuros estão classificados como "Outros ativos" e na demonstra o da posi o financeira.

A composi o dos valores de referência *notional* e/ou contratuais dos derivativos para negocia o, por vencimento,   como segue:

	31 de Dezembro de 2010				1� de Janeiro de 2010
	Até três meses	De tr�s a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
<i>Swaps</i>	1.307.352	2.026.397	1.970.755	5.304.504	3.506.148
Futuros	8.208.276	3.606.516	2.029.515	13.844.307	4.446.656
Total	9.515.628	5.632.913	4.000.270	19.148.811	7.952.804

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco Société Générale, uma vez que a posi o líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensa o e/ou combina o. Essa posi o líquida   utilizada pelo Banco Société Générale, principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros   reconhecido na rubrica "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negocia o", na demonstra o consolidada do resultado.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* estão apresentados na nota explicativa n  21 - "Instrumentos financeiros derivativos não destinados   negocia o - *hedge*".

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

7. Ativos financeiros disponíveis para venda

	31 de Dezembro de 2010			1� de Janeiro de 2010		
	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo
Carteira própria	400.131	399.996	(135)	866.992	866.789	(203)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	150.126	150.151	25
Letras Financeiras do Tesouro	397.776	397.641	(135)	671.828	671.600	(228)
Fundo de investimento em direitos creditórios	2.355	2.355	-	12.667	12.667	-
A�es - Listadas	-	-	-	32.371	32.371	-
Vinculados � presta�o de garantias	78.490	78.461	(29)	276.478	278.980	2.502
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	113.053	115.621	2.568
Letras Financeiras do Tesouro	78.490	78.461	(29)	142.708	142.642	(66)
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	20.717	20.717	-
Total	478.621	478.457	(164)	1.143.470	1.145.769	2.299

O ajuste a valor justo para títulos disponíveis para a venda   contabilizado em resultados abrangentes líquidos de efeito fiscal (40%). O saldo   negativo de R\$ 109 em 31 de dezembro de 2010 (positivo de R\$ 21.186 em 1  de janeiro de 2010), conforme nota explicativa n 20 – “Efeito dos impostos sobre a renda em outros resultados abrangentes”.

A movimenta o do saldo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício está apresentada a seguir:

	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	1.145.769
Adi�es	12.272
Aliena�es (*)	(740.710)
Ganhos proveniente das altera�es no valor justo	61.126
Saldo final	478.457

(*) Neste montante está considerado o valor de R\$ (21.350) transferido para resultado devido   respectiva realiza o conforme nota explicativa n  19.c – “Patrim nio líquido – Ajustes de avalia o patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda”.

8. Empréstimos e recebíveis

(a) Empréstimos e adiantamentos a institui es financeiras

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Aplica�es em depósitos interfinanceiros	-	195.652
Outros empréstimos a institui�es financeiras	6.298	12.142
Total	6.298	207.794

A Administra o avaliou a carteira de empréstimos e adiantamentos a Institui es Financeiras e não identificou evidências para contabiliza o de “provisão para perda por redu o ao valor recuperável”.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

(b) Empréstimos e adiantamentos a clientes

Composi o dos saldos de empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo e setor do devedor, fórmula da taxa de juros, vencimento e concentra o:

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo		
Empréstimos e títulos descontados	2.042.411	2.087.583
Financiamentos	1.002.260	1.033.844
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber	134.575	109.753
Operat�es de arrendamento mercantil (Nota explicativa n�8 d)	164.489	52.166
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>3.343.735</u>	<u>3.283.346</u>
Por setor do devedor		
Indústria	156.060	197.809
Comércio	157.820	391.076
Pessoas físicas	2.787.724	2.527.274
Habita�o	-	837
Outros setores	242.131	166.350
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>3.343.735</u>	<u>3.283.346</u>
Por fórmula da taxa de juros		
Juros prefixados	3.233.101	3.049.759
Juros pós-fixados	110.634	233.587
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>3.343.735</u>	<u>3.283.346</u>
Por vencimento		
Vencidas a partir de 15 dias	195.447	270.575
A vencer até 3 meses	400.854	466.992
A vencer de 3 a 12 meses	914.414	1.062.239
A vencer acima de um ano	1.833.020	1.483.540
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>3.343.735</u>	<u>3.283.346</u>
Por concentra�o		
Principal devedor	108.638	194.809
10 seguintes maiores devedores	351.131	457.488
20 seguintes maiores devedores	81.125	96.926
50 seguintes maiores devedores	35.967	22.418
100 seguintes maiores devedores	19.460	15.991
Demais devedores	2.747.414	2.495.714
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>3.343.735</u>	<u>3.283.346</u>
Provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>(150.439)</u>	<u>(224.543)</u>
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>3.193.296</u>	<u>3.058.803</u>

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

(c) Provisão para perda por redu o ao valor recuperável

As varia es na provisão para perda por redu o ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Empréstimos e recebíveis" são as seguintes, por setor do devedor:

	31 de Dezembro de 2010
Saldo Inicial de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	224.543
Comércio	12.396
Pessoas físicas	205.991
Outros setores	6.156
Constitui�o de saldos contra provisão de perdas por redu�o ao valor recuperável	169.808
Comércio	3.322
Pessoas físicas	164.264
Outros setores	2.222
Baixa de saldos contra provisão de perdas por redu�o ao valor recuperável	(243.912)
Comércio	(1.872)
Pessoas físicas	(240.188)
Outros setores	(1.852)
Saldo final de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	150.439
Recupera�es de empréstimos e recebíveis baixados para prejuízo	55.417

(d) Opera es de arrendamento mercantil financeiro

Apresentamos abaixo a reconcilia o entre o investimento total bruto nos arrendamentos financeiros e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos a receber, assim como a análise do valor presente mínimo a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Investimento total bruto em arrendamento financeiro a receber	164.489	52.166
Até 1 ano	56.462	14.439
Entre 1 e 5 anos	108.027	37.727
O valor presente dos valores mínimos a receber de arrendamentos financeiros pode ser analisado da seguinte forma:	164.489	52.166
Até 1 ano	56.462	14.439
Entre 1 e 5 anos	108.027	37.727

As opera es de arrendamento financeiro estão inseridas na nota explicativa n 8, sub-item b – "Empréstimos e adiantamentos a clientes", e estão divulgadas na mesma linha no balanço patrimonial.

(e) Perda por redu o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Banco Société Générale avalia a evidência objetiva de perda por redu o ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa n  2 - "Principais práticas contábeis").

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

Demonstramos a seguir a composi o da perda por redu o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos para os exercícios indicados:

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Empréstimos e recebíveis		
Opera�es com evidência de impairment (análise individual)		
Saldo bruto	686.816	1.086.551
Provisão para impairment	<u>(126.361)</u>	<u>(198.962)</u>
Saldo contábil	<u>560.455</u>	<u>887.589</u>
Opera�es com análise de impairment coletivo		
Saldo bruto	2.663.217	2.404.589
Provisão para impairment	<u>(24.078)</u>	<u>(25.581)</u>
Saldo contábil	<u>2.639.139</u>	<u>2.379.008</u>
Saldo contábil – líquido de provisão para impairment	3.199.594	3.266.597
Saldo contábil – de empréstimos e recebíveis	3.350.033	3.491.140

Nos exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a perda por redu o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos apresentou a seguinte movimenta o:

	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	224.543
Adi�es	169.807
Baixas como prejuízo	<u>(243.911)</u>
Saldo Final	<u>150.439</u>

9. Ativos não correntes mantidos para a venda

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Bens reintegrados diversos	<u>214</u>	<u>347</u>
Total	<u>214</u>	<u>347</u>

O valor da venda do ativos não correntes mantidos para a venda foi de R\$ 1.314 em 2010 e R\$ 972 em 2009. O prejuízo apurado na venda foi de R\$ 864 e R\$ 1.212 respectivamente.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

10. Ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Imobilizado de arrendamento	Outros	Total
Em 1� de Janeiro de 2010				
Custo	16.325	21.249	46.807	84.381
Deprecia�o acumulada	(7.981)	(1.991)	(27.999)	(37.971)
Valor contábil	<u>8.344</u>	<u>19.258</u>	<u>18.808</u>	<u>46.410</u>
Aquisi�es	2.001	-	4.628	6.629
Baixa	(2.888)	(13.753)	(206)	(16.847)
Despesa de deprecia�o	(1.674)	(1.108)	(6.503)	(9.285)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>5.783</u>	<u>4.397</u>	<u>16.727</u>	<u>26.907</u>
Em 31 de dezembro de 2010				
Custo	14.930	5.505	51.156	71.591
Deprecia�o acumulada	(9.147)	(1.108)	(34.429)	(44.684)
Valor contábil	<u>5.783</u>	<u>4.397</u>	<u>16.727</u>	<u>26.907</u>

As despesas de deprecia o foram contabilizadas na conta "Deprecia o e amortiza o" na demonstra o consolidada do resultado.

Não foram capitalizados custos de empréstimos relacionados   aquisi o de ativos imobilizados durante o exercício de 2010.

11. Ativos intangíveis

	ágio na aquisi�o de empresas	Outros ativos intangíveis	Total
Saldos em 1� de Janeiro de 2010			
Custo de aquisi�o	368.421	7.680	376.101
Amortiza�o acumulada e perdas por redu�o ao valor recuperável	(147.444)	(3.265)	(150.709)
Valor contábil líquido	<u>220.977</u>	<u>4.415</u>	<u>225.392</u>
Adi�es	-	8.607	8.607
Baixas	-	(2.877)	(2.877)
Amortiza�o	-	(1.133)	(1.133)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>220.977</u>	<u>9.012</u>	<u>229.989</u>
Custo de aquisi�o	368.421	13.404	381.825
Amortiza�o acumulada e perdas por redu�o ao valor recuperável	(147.444)	(4.392)	(151.836)
Valor contábil líquido	<u>220.977</u>	<u>9.012</u>	<u>229.989</u>

O saldo de ágio na aquisi o de empresas, no valor de R\$ 368.421, refere-se principalmente  :

- Aquisi o da Cacipar Comércio e Participa es Ltda. ("Cacipar"), antiga controladora do Banco Cacique, ocorrida em 30 de novembro de 2007, no montante de R\$ 350.331;
- Aquisi o do Banco Pec nia, ocorrida em 29 de março de 2007, no montante de R\$ 17.375.

O saldo apresentado como amortiza o acumulada e perdas por redu o ao valor recuperável, refere-se principalmente  :

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

- A Administra o, através de estudo técnico, apurou que o valor provável de recupera o do ativo objeto de ágio, ou seja, da participa o societária no Banco Cacique,   menor que o respectivo valor contábil e, em 31 de dezembro de 2008, constituiu provisão para perdas, no montante de R\$ 119.861;
- Em atendimento às normas do Bacen, foram efetuadas amortiza es no ágio referente ao Banco Cacique e ao Banco Pec nia, respectivamente, nos montantes de R\$ 25.608 e R\$ 1.862, até 1  de janeiro de 2010.

Não foram capitalizados custos de empréstimos relacionados   aquisi o de ativos intangíveis no período de 2010.

Conforme práticas contábeis descritas nas notas explicativas n  2.17 – “Ativos intangíveis” e n  2.20 – “Redu o ao valor recuperável de ativos financeiros”, para avalia o da redu o do valor recuperável de ativos intangíveis com vida útil indefinida não foram registradas perdas sobre o ágio registrado no exercício de 2010.

12. Outros ativos

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Adiantamentos e antecipa�es salariais	2.844	2.340
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	303	416
Carteira de câmbio líquida	-	2.935
Impostos e contribui�es a compensar	37.396	25.309
Devedores por depósitos em garantia	106.964	37.782
Devedores diversos no exterior - partes relacionadas (i)	14.549	5.451
Mercado futuro	58	739
Rela�es com correspondentes	4.951	6.359
Negocia�o e Intermedia�o de valores	5.521	13.503
Outros	9.464	12.631
Total	182.050	107.465

(i) Refere-se a serviços prestados pelo Banco Société Générale no exterior (nota explicativa n  34).

13. Passivos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia o

Os saldos de passivos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negocia o correspondem aos derivativos, cujo valor justo na data-base do exercício seja negativo e que não sejam objetos de *hedge*.

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Valor justo negativo em derivativos - Swap	239.007	272.739

Os valores a liquidar referentes aos contratos de futuros estão classificados como “Outros passivos” na demonstra o da posi o financeira e estão apresentadas na nota explicativa n  6.b.ii – “Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negocia o - Futuros de taxas de câmbio e de juros”

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

14. Depósitos de clientes

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Pessoas jurídicas	1.160.238	958.937
Depósitos � vista	2.431	6.023
Depósitos a prazo	1.157.807	952.914
Pessoas físicas	29.900	47.751
Depósitos � vista	32	86
Depósitos a prazo	29.868	47.665
Total de depósitos de clientes	<u>1.190.138</u>	<u>1.006.688</u>

15. Depósitos de institui es financeiras e capta es no mercado aberto

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Depósitos interfinanceiros	172.466	1.097.686
Opera�es compromissadas	131.652	453.597
Total de depósitos de institui�es financeiras e capta�es no mercado aberto	<u>304.118</u>	<u>1.551.283</u>

16. Obriga es por empréstimos e repasses

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Obriga�es por empréstimos	3.633.609	1.986.608
Obriga�es em moeda estrangeira - exporta�o e importa�o (i)	228.916	162.622
Obriga�es em moedas estrangeiras - outras obriga�es (ii)	1.554.412	495.418
Obriga�es por empréstimos no exterior (iii)	1.455.113	1.286.188
Empréstimos em moeda nacional (iv)	395.168	42.380
Obriga�es por repasses no exterior	33.524	28.414
Obriga�es por repasses no exterior (v)	33.524	28.414
Total de obriga�es por empréstimos e repasses	<u>3.667.133</u>	<u>2.015.022</u>

(i) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com vencimentos até 2011 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta es e financiamentos de importa es, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 1,39% ao ano (2,20% ao ano em 2009).

(ii) São representadas por repasses em moeda estrangeira com vencimentos em 2013, sujeito a varia o cambial e juros de até 6,67% ao ano (7,18% ao ano em 2009).

(iii) Refere-se principalmente a empréstimos com vencimentos em 2015, sujeito a varia o cambial e juros de até 6,67% ao ano (6,67% ao ano em 2009).

(iv) Refere-se a empréstimo obtido no País, no valor original de R\$31.400, com vencimento em 2014, sujeito   varia o do CDI e cessões de crédito com coobriga o com outras institui es financeiras no montante de R\$ 346.002, sendo os contratos objeto da cessão referentes a financiamento de veículos e crédito pessoal consignado - INSS, cujos vencimentos ocorrerão até 2015. A taxa média das cessões dos contratos de financiamento de veículos foi de 14,69% ao ano e 1,15% ao mês e, taxa média dessas cessões foi de 14,11% ao ano e 1,11% ao mês para os contratos de

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

crédito pessoal consignado – INSS cedidos.

(v) Referem-se a repasses de empréstimos obtidos no exterior com a Matriz do Banco, com vencimento até 2012, sujeitos   varia o cambial e a juros de até 1,65% ao ano (5,16% em 2009).

17. Provisões

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das a es e na avalia o de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das a es cuja avalia o   de perda provável.

As obriga es legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstra es financeiras.

A Administra o entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Saldos das provisões constituídas

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
A�es fiscais	182.252	135.631
A�es trabalhistas	19.330	16.003
A�es cíveis	15.087	12.979
Total	<u>216.669</u>	<u>164.613</u>

(b) Movimenta o das provisões

	31 de dezembro de 2010			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	135.631	16.003	12.979	164.613
Constitui�o (*)	43.168	6.077	4.242	53.487
Baixas	(45)	(833)	(852)	(1.730)
Reversão (*)	(3.575)	(2.146)	(1.299)	(7.020)
Atualiza�o (*)	7.073	229	17	7.319
Saldo final	<u>182.252</u>	<u>19.330</u>	<u>15.087</u>	<u>216.669</u>

(*) Nota explicativa n  30

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

(c) Detalhamento das a es fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

	31 de dezembro de 2010					
	A�es fiscais e obriga�es legais		A�es trabalhistas		A�es cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis	161.071	161.071	13.732	13.732	15.087	15.087
Perdas possíveis	401.653	21.181	41.598	5.228	93.876	-
Perdas remotas	85.364	-	58.136	370	19.894	-
Total	648.088	182.252	113.466	19.330	128.857	15.087

	1� de janeiro de 2010					
	A�es fiscais e obriga�es legais		A�es trabalhistas		A�es cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis	135.631	135.631	12.586	12.586	12.979	12.979
Perdas possíveis	131.765	-	4.524	3.047	40.182	-
Perdas remotas	58.548	-	10.262	370	3.280	-
Total	325.944	135.631	27.372	16.003	56.441	12.979

A es fiscais e obriga es legais

Referem-se a obriga es legais e a es relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avalia o efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

A es classificadas como risco de perda provável e obriga es legais

- Pedido de compensa o de tributos recolhidos a maior (IRPJ, ILL e CSLL) referente   corre o monetária de balanço com base na Lei 8.200/91 – em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 16.686 (R\$ 16.280 em 1  de janeiro de 2010);
- Cobrança administrativa de PIS em razão do não-reconhecimento pelo FISCO do pagamento por meio de compensa o com créditos de PIS/ FINSOCIAL e do não-recolhimento de PIS-REPIQUE – em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 5.083 (R\$ 4.877 em 1  de janeiro de 2010);
- Cobrança administrativa de contribui o para o FINSOCIAL referente a abril/91 a março/92 – em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 9.746 (R\$ 9.520 em 1  de janeiro de 2010);
- Cobrança de tributos (IRPJ, IRRF, IOF e CPMF) em razão do não-reconhecimento pelo FISCO do pagamento por meio de compensa o com crédito oriundo de IRRF – em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 5.035 (R\$ 4.845 em 1  de janeiro de 2010);
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 112.176 (R\$ 88.529 em 1  de janeiro);
- A o judicial contestando os índices de corre o monetária de balanço de 1990 – em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 17.383.

Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Exigibilidade de IRPJ sobre opera o financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 34.966 (R\$ 34.073 em 1  de janeiro de 2010);
- Pedidos de restitu o e compensa o de IRRF – em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 26.922 (R\$ 24.300 em 1  de janeiro de 2010);
- Auto de infra o lavrado em 27 de dezembro de 2010, contra o Banco, referente a cobrança de IRPJ e CSLL (acrescidos de multa de ofício e juros de mora), no montante de R\$ 270.301, sobre a reconstitu o do ágio em

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

investimentos efetuada no ano de 2008. O Banco apresentou em 24 de janeiro de 2011 contesta o ao referido auto, junto   Delegacia da Receita Federal em São Paulo - SP;

- Auto de infra o da Receita Federal do Brasil lavrado contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortiza o de ágio e com serviços prestados por terceiros – em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 6.793;
- Provisão de IRPJ e CSLL sobre opera es day-trade e sobre o processo de desmutualiza o da Bovespa, para as quais foram preventivamente efetuados depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 6.450 (R\$ 6.362 em 1  de janeiro de 2010), conforme nota explicativa n  12 – “Outros ativos”.

A es trabalhistas

Referem-se   provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pr -contrata o para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também a es movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas a es trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão   constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As a es trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situa o de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avalia o de êxito e classifica o dos assessores jurídicos.

A es cíveis

São a es judiciais de caráter indenizatrio e revisionais de crédito. As a es de caráter indenizatrio referem-se a indeniza o por dano material e/ou moral em decorrência da rela o de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e presta es de financiamentos. As a es revisionais referem-se a opera es de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas a es cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão   constituída com base na situa o de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avalia o de êxito e classifica o dos assessores jurídicos.

18. Outros passivos

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Provisão para impostos e contribui�es correntes a pagar	42.938	101.853
Provisão para impostos e contribui�es diferidas a pagar (i)	43.746	-
Carteira de câmbio	2.193	-
Cheques administrativos	734	501
Obriga�o por aquisi�o de bens e direitos	135	47
Provisão com despesas de pessoal	32.048	24.294
Provisão para despesas de publica�o	127	81
Provisão para pagamentos a efetuar	19.429	7.756
Provisão para pagamento de lojistas	1.619	1.908
Recebimentos a processar	8.956	12.842
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (ii)	16.787	21.232
Valores a pagar - partes relacionadas (nota explicativa n� 34)	43	6.364
Mercado futuro - Valores a liquidar	24.419	270
Valores a pagar - antigos acionistas do Banco Pec�nia	14.111	21.499
Outras	13.921	37.530
Total	221.206	236.177

(i) Conforme nota explicativa n  33.d. – “Imposto de renda e contribui o social”

(ii) Refere-se a serviços prestados pelo Société Générale Corporate & Investment Bank – Paris (nota explicativa n  34).

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

19. Patrim nio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social estava representado por a es, sem valor nominal, pertencentes ao acionista domiciliado no exterior, composto da forma apresentada no quadro abaixo:

	A�es ordinárias	A�es preferenciais	Total
Quantidades em 1� de Janeiro de 2010			
Domiciliadas no exterior	241.588	241.588	483.176
	<u>241.588</u>	<u>241.588</u>	<u>483.176</u>
Quantidades em 31 de dezembro de 2010			
Domiciliadas no exterior	241.588	241.588	483.176
	<u>241.588</u>	<u>241.588</u>	<u>483.176</u>

(b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco,   assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administra o, através de Assembléa Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a declara o de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

(c) Ajustes de avalia o patrimonial - Ativos financeiros disponíveis para a venda

	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	21.186
Ajuste a valor justo (líquido de impostos)	55
Transferência para o resultado devido � realiza�o	(21.350)
Saldo final	<u>(109)</u>

(d) Hedge de fluxo de caixa

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de *hedge*, conforme descrito na nota explicativa n 21 - Instrumentos financeiros derivativos não destinados   negocia o - *hedge*.

	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	5.045
Parcela efetiva	(2.123)
Transferência para o resultado devido � inefetividade	(170)
Saldo final	<u>2.752</u>

(e) Aquisi o de participa o societária detida anteriormente por acionistas não controladores

Em 10 de fevereiro de 2010 o Banco Société Générale adquiriu através de pagamento   vista em dinheiro 30% da participa o da controlada Banco Pec nia S.A., pertencente anteriormente aos acionistas não controladores Tecnicredito SGPS S.A. (Portugal), passando a deter a totalidade da participa o societária. Segundo a IAS 27 parágrafo 30 "As mudanças na participa o societária de uma controladora em uma subsidiária que não resultarem em uma obten o de controle são contabilizadas como transa es patrimoniais. Assim sendo, os valores contábeis das participa es controladoras e não controladoras serão ajustadas para refletir as mudanças em suas participa es

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participa es não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrim nio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

	31 de Dezembro de 2010
Aquisi�o da participa�o societária	38.700
30 % do PL ajustado em Fev/2010	(8.632)
Ágio na aquisi�o da participa�o	30.068
Ajuste de equivalência patrimonial em IFRS - Dez/2010	(1.012)
Total	29.056

20. Efeito dos impostos sobre a renda em outros resultados abrangentes

	31 de Dezembro de 2010			1� de Janeiro de 2010		
	Antes dos impostos	Benefício fiscal	Líquido de impostos	Antes dos impostos	Benefício fiscal	Líquido de impostos
Ganho/(perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para a venda	(181)	58	(109)	35.310	(14.124)	21.186
Hedge de fluxo de caixa	4.587	(1.835)	2.752	8.408	(3.363)	5.045
Total	4.405	(1.776)	2.643	43.718	(17.487)	26.231

21. Instrumentos financeiros derivativos não destinados   negocia o – hedge

O Banco Société Générale possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de *hedge*, em duas estratégias de *hedge*, sendo uma de fluxo de caixa e outra de valor justo.

(a) Hedge de fluxo de caixa

Nossa estratégia de hedge visa proteger as altera es no fluxo de caixa devido a varia es cambiais das capta es externas. A taxa do CDI   considerada a taxa referencial de mercado financeiro brasileiro e   fixada diariamente. A estratégia de hedge torna o fluxo de caixa constante no que se refere   volatilidade da taxa CDI. Para proteger a variabilidade do fluxo de caixa futuro de possíveis varia es na taxa de câmbio o Banco Société Générale utiliza contratos de derivativos negociados na BM&FBOVESPA.

Os contratos de derivativos do tipo Futuros indexados ao DDI, utilizados como instrumento de hedge, em 31 de dezembro, representavam a valor de mercado R\$ 798.464 e R\$ 798.011 a valor de curva (R\$ 337.112 e R\$ 335.742, respectivamente, em 1  de janeiro de 2010).

As capta es no exterior, cujo valores justos estão sendo protegidos pela estratégia de hedge, são empréstimos obtidos com o Société Générale Corporate & Investment Bank (França-Paris). Em 31 de dezembro de 2010, o saldo contábil das capta es externas   de R\$ 798.011 (R\$ 335.742 em 1  de janeiro de 2010).

Nenhum relacionamento de *hedge* foi descontinuado durante os exercícios findos em 1  de janeiro e 31 de dezembro de 2010.

(b) Hedge de valor justo

Os hedges de valor justo foram designados em outubro e setembro de 2008, e os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2011 e 2013.

Nossas estratégias de hedge visam proteger: (i) as altera es no valor justo da carteira de ativos com taxas pré-fixadas de varia es na taxa referencial de juros interfinanceiro do mercado brasileiro (CDI) e (ii) a exposi o nas varia es cambiais nas linhas captadas no exterior. As estratégias de hedge tornam as carteiras objeto do hedge constante no que se refere   variabilidade da taxa referencial de juros e varia o cambial. Para proteger a variabilidade do valor justo da carteira de ativos de possíveis varia es na taxa referencial interfinanceira de juros, o Banco Société Générale

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

utiliza contratos de derivativos indexados ao DI na BM&FBOVESPA, similarmente, para se proteger das varia es cambiais das capta es no exterior, o Banco utiliza contratos de derivativos futuros indexados ao DDI na BM&FBOVESPA.

Os contratos de derivativos do tipo Futuro indexados ao DI, utilizados como instrumento de hedge, em 31 de dezembro de 2010 representavam a valor de mercado R\$ 138.691 e R\$ 133.079 a valor de curva (R\$ 442.147 e R\$ 429.874 em 1  de janeiro de 2010).

Os contratos de derivativos do tipo Futuros indexados ao DDI, utilizados como instrumento de hedge, em 31 de dezembro, representavam a valor de mercado R\$ 381.570 e R\$ 377.444 a valor de curva (R\$ 686.290 e R\$ 671.074 em 1  de janeiro de 2010).

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, o Banco Société Générale utiliza o método "dollar offset".

A carteira de ativos pré-fixados, cujos valores justos estão sendo protegidos pela estratégia de hedge, são opera es de crédito contraídas com clientes pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo contábil da carteira de ativos a valor de mercado   de R\$ 115.198 e R\$ 109.736 pela curva contratual. (R\$ 419.620 e R\$ 406.792, respectivamente em 1  de janeiro de 2010).

As capta es no exterior, cujo valores justos estão sendo protegidos pela estratégia de hedge, são empréstimos obtidos com o Société Générale Corporate & Investment Bank (França-Paris). Em 31 de dezembro de 2010, o saldo contábil a valor de mercado   de R\$ 377.953 e de R\$ 373.548 (R\$ 664,919 e R\$ 650,371, respectivamente em 1  de janeiro de 2010).

Nenhum relacionamento de hedge foi descontinuado durante os exercícios findos em 1  de janeiro e 31 de dezembro de 2010.

22. Receitas de juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstra o do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medi o do valor justo, e das retifica es de resultado como consequência da contabiliza o das opera es de *hedge accounting*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedu o de impostos retidos na fonte.

A composi o dos principais itens referentes às receitas de juros e similares auferidos durante o exercício está demonstrada a seguir:

	31 de Dezembro de 2010
Aplica�es em depósitos interfinanceiros	5.555
Aplica�es em opera�es compromissadas	60.896
Aplica�es no exterior	167
Empréstimos e adiantamentos	822.722
Financiamentos de moedas estrangeiras	9.888
Opera�es de câmbio	4.660
Títulos de renda fixa	144.217
Tarifas com emissões e abertura de crédito	10.624
Recupera�o de créditos baixados	15.896
Receita de arrendamento financeiro e operacional	16.527
Total	<u>1.091.152</u>

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

23. Despesas de juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstra o consolidada do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remunera o em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medi o do valor justo, das retifica es de custo, como resultado da contabiliza o das opera es de *hedge accounting*.

A composi o dos principais itens referentes às despesas de juros e similares auferidos durante o exercício está demonstrada a seguir:

	31 de Dezembro de 2010
Depósitos a prazo	111.842
Depósitos interfinanceiros	62.508
Empréstimos no exterior	4.873
Obriga�es com banqueiros no exterior	(37.397)
Opera�es compromissadas	22.649
Opera�es de câmbio	354
Repasses do exterior	(125)
Obriga�es com banqueiros - cessão de créditos	40.987
Outros	924
Total	206.615

24. Resultado líquido de tarifas e comissões

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões"   composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco Société Générale no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composi o do saldo dessas rubricas está demonstrada a seguir:

	31 de Dezembro de 2010
Receita de tarifas e comissões	342
Administra�o de fundos	129
Cobrança	1.473
Garantias prestadas	1.838
Tarifas bancárias	274
Coloca�o de títulos	4.616
Outros serviços	311
Resultados líquido de tarifas e comissões	8.983
Total das receitas de tarifas e comissões	9.807
Total das despesas de tarifas e comissões	(824)

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

25. Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia o

	31 de Dezembro de 2010
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia�o	<u>34.978</u>
Lucros com títulos de renda fixa	6.610
Prejuízos com títulos de renda fixa	(2.378)
Rendas de aplica�es em fundos de investimento	637
Rendas de títulos de renda variável	30.058
TVM - Ajuste negativo ao valor de mercado	(2.103)
TVM - Ajuste positivo ao valor de mercado	2.154
Derivativos	<u>(170.792)</u>
<i>Swaps</i>	(147.864)
Futuros	(22.928)
Total	<u><u>(135.814)</u></u>

26. Resultado de títulos e valores mobiliários – disponíveis para venda e derivativos não destinados   negocia o

	31 de Dezembro de 2010
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	<u>9.213</u>
Lucros com Títulos de Renda Fixa (TVM)	14.262
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa (TVM)	(5.049)
Derivativos - não destinados a negocia�o	<u>(49.738)</u>
Futuros	(49.738)
Total	<u><u>(40.525)</u></u>

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

27. Despesas de pessoal

	31 de Dezembro de 2010
Benefícios de curto prazo	(1.824)
Proventos	(102.723)
Honorários	(2.558)
Benefícios	(25.482)
Encargos sociais	(37.459)
Treinamentos	(1.119)
Estagiários	(982)
Benefícios pós-emprego	(15)
Benefícios rescisórios	(382)
Aviso prévio	(1.206)
Indeniza�es	(2.117)
Total	<u>(175.867)</u>

28. Despesas administrativas

	31 de Dezembro de 2010
�gua, energia e gás	(2.202)
Aluguéis	(21.918)
Arrendamentos de bens	(1.368)
Comunica�es	(16.881)
Contribui�es filantrópicas	(1.076)
Manuten�o e conserva�o de bens	(2.038)
Material	(2.832)
Despesa de processamento de dados	(26.016)
Promo�es e rela�es públicas	(1.015)
Propaganda e publicidade	(281)
Publica�es	(7.073)
Seguros	(2.577)
Serviços do sistema financeiro	(11.095)
Serviços de terceiros	(24.330)
Serviços de vigilância e segurança	(1.057)
Serviços técnicos especializados	(134.181)
Transporte	(4.145)
Viagem ao exterior	(1.301)
Viagem no país	(2.833)
Multas aplicadas pelo Banco Central	(50)
Outras despesas administrativas	(17.029)
Total	<u>(281.298)</u>

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

29. Deprecia o e amortiza o

	31 de Dezembro de 2010
Deprecia�o de imobilizado	9.285
Amortiza�o de intangível	1.133
Total	10.418

30. Outras receitas (despesas) operacionais

	31 de Dezembro de 2010
Rendas de outros serviços	15.266
Reversão de provisão de presta�o de serviços no exterior	7.416
Reversão de provisão para pagamento de PPR	5.700
Atualiza�o de depósitos judiciais	4.158
Descontos obtidos	2.046
Despesas de Contribui�o ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(1.624)
Despesas de Varia�es e Diferenças de Taxas	(25.184)
Despesas Tributárias	(47.526)
Rendas de Disponibilidades em Moedas Estrangeiras	(8.159)
Provisão para a�es fiscais	(43.168)
Atualiza�o de a�es fiscais	(7.073)
Provisão para a�es trabalhistas	(6.077)
Atualiza�o de a�es trabalhistas	(229)
Provisão para a�es cíveis	(4.242)
Atualiza�o de a�es cíveis	(17)
Reversão de provisão para a�es fiscais	3.575
Reversão de provisão para a�es trabalhistas	2.146
Reversão de provisão para a�es cíveis	1.299
Provisão para pagamento de gratifica�o	(12.244)
Despesas com indeniza�es cíveis	(3.077)
Outras despesas operacionais	(9.379)
Outras receitas operacionais	10.610
Total	(115.783)

31. Compromissos de crédito (off balance)

Os valores não reconhecidos (*off balance*) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Avais e fianças	195.661	155.989
Total	195.661	155.989

32. Plano de pagamento baseado em a es

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es. Apresentamos a seguir os dois planos de pagamentos baseados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2010 e

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

outorgados a partir de 1^o de janeiro de 2010. Os dois planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es.

I - Plano de a es diferidas

Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de A es Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco Société Générale e empresas afiliadas. Nessa distribui o, 5.641 a es foram alocadas aos funcionários do Banco Société Générale.

A outorga das a es estão condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condi es de performance. Sendo que 50% das a es serão outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 31 de março de 2014. A posse dos outros 50% dependerão do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Société Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das a es sujeitas a condi o de performance serão empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as a es serão empossadas de acordo com a seguinte formula $10 \times (\text{ROE}\% - 5\%)$, por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das a es serão empossadas. (ii) o segundo critério se aplicar  caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das a es e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA; BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. Se o Grupo Société Générale ficar entre os três primeiros colocados no ranking TSR serão empossadas 50% das a es; se o SG ficar entre a 4^o e 6^o. serão outorgadas 25% das a es e caso fique após a sexta posi o nenhuma a o será empossada.

O Banco Société Générale avaliou que 3.185 a es seriam empossadas, sendo 35,59 Euros o valor justo unitário das a es, calculados adotando o método de arbitragem.

II - Plano de a es livres

Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Generale designou os beneficiários do Plano de A es livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas. Nessa distribui o, 94.920 a es foram alocadas aos funcionários do Banco Société Générale.

O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das a es condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condi o de performance na qual o retorno sobre o capital (ROE) do Grupo Société Generale atinja 10% em 2012. O segundo grupo, 60% das a es remanescentes, está condicionado   permanência no grupo em 31 de Março de 2016 com a condi o de que a satisfa o dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (opera es França, Banco de varejo e Corporate Banking).

Das a es outorgadas, avaliou-se que 36.547 seriam empossadas pelo Banco Société Générale. O valor justo unitário das a es foi de 34,52 Euros e 33,26 Euros respectivamente para o grupo 1 e grupo 2, calculados adotando o método de arbitragem.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

33. Imposto de renda e contribui o social

(a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribui o social incidente sobre as opera es no exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	Imposto de renda	Contribui�o social
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribui�o social, deduzido das participa�es estatutárias no lucro	(35.992)	(35.992)
Alíquotas vigentes	25%	9% (*) e 15%
Receita de imposto de renda e contribui�o social, de acordo com a alíquota vigente	8.203	6.391
(a) Efeito do imposto de renda e da contribui�o social sobre diferenças permanentes		
(-) Ajuste ao �gio	1.264	760
(-) Provisão para despesas com SG Paris	(7.952)	(4.772)
(-) Despesas com fraudes	(135)	(81)
(-) Incentivo fiscal	(176)	(113)
(-) Juros indedutíveis MP 472	(262)	(157)
(-) Descontos concedidos	(1.056)	(633)
(-) Provisão com cessão de crédito	(164)	(98)
(-) Reversão de provisão de �gio	(621)	(372)
(-) Outras	(7.446)	(4.466)
	<u>(16.548)</u>	<u>(9.932)</u>
(b) Efeito do imposto de renda e da contribui�o social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores		
(-) A�es fiscais, trabalhistas e cíveis	(6.544)	(3.879)
(-) Ajuste ao valor justo do instrumento financeiro	57.073	34.244
(-) Perda de crédito Art. 340 RIR	4.682	2.809
(-) Provisão para créditos de liquida�o duvidosa	(4.817)	(2.890)
(-) Provisão de b�nus	(679)	(407)
(-) Provisão de PLR	(16)	(10)
(-) Outras diferenças temporárias	(570)	(50)
(-) Prejuízos fiscais	(45.962)	(27.548)
	<u>3.167</u>	<u>2.269</u>
(c) Efeito da compensa�o de prejuízos fiscais	<u>43</u>	<u>22</u>
Despesa de imposto de renda e contribui�o social	<u>(5.135)</u>	<u>(1.250)</u>

(*) A alíquota da CSLL das empresas não financeiras   de 9%

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

(b) Composi o do imposto de renda e da contribui o social diferidos:

	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010
Prejuízo fiscal e base negativa	315.586	325.362
Diferenças temporárias	82.322	43.608
Provisão para perdas por redu�o do valor recuperável	165.883	199.133
Provisão para contingências	104.877	84.384
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários, inclusive derivativos	163	295
Outras	428.139	466.871
Total	1.096.971	1.119.654
Alíquota de imposto de renda e da contribui�o social	40%	40%
Crédito tributário constituído	438.788	447.862

(c) Movimenta o dos créditos tributários de imposto de renda e contribui o social sobre as diferenças temporárias:

	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	447.862
Adi�es líquidas	(4.314)
Transferência para imposto de renda diferido	(4.708)
Ajustes a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(52)
Saldo final	438.788

(d) Movimenta o do imposto de renda diferido e contribui o social passivo sobre as diferenças temporárias:

	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	74.711
Transferência de crédito tributário	(4.708)
Ajustes ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(9.763)
Marca�o a mercado <i>hedge</i> fluxo de caixa	(278)
Marca�o a mercado <i>hedge</i> valor justo	1.658
Reserva de reavalia�o	(17.874)
Saldo final (*)	43.746

(*) Conforme nota explicativa n  18 – “Outros passivos”.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

(e) Proje o de realiza o e valor presente dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribui o social diferidos serão realizados   medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realiza o   apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de gera o de resultados futuros positivos:

Ano	31 de Dezembro de 2010
2011	78.449
2012	65.251
2013	66.333
2014	45.102
2015	56.276
2016	57.082
2017	64.245
2018	6.050
	<u>438.788</u>

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

34. Partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco Société Générale incluem, além de suas controladas, o pessoal-chave da Administra o do Banco Société Générale e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

As transa es realizadas pelo Banco Société Générale com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

	Ativo (passivo)		Receitas
	31 de Dezembro de 2010	1� de Janeiro de 2010	(despesas) 31 de Dezembro de 2010
Société Générale - Nova York			
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	11.199	20.915	(7.338)
Société Générale - Paris			
Aplica�es em moeda estrangeira	17.813	5.012	166
Disponibilidades no exterior	219	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	18.169	13.543	(719)
Devedores diversos no exterior	14.549	5.451	15.064
Credores diversos no exterior	(17.845)	(28.399)	(35.033)
Obriga�es em moeda estrangeira	(163.760)	(643.809)	(8.787)
Obriga�es por empréstimos do exterior	(1.466.267)	(1.287.648)	(90.346)
Obriga�es por repasses do exterior	(33.524)	(28.414)	125
Société Générale - Zurique			
Obriga�es por empréstimos do exterior	-	(261)	-
Société Générale - Cayman			
Obriga�es em moeda estrangeira	(1.619.568)	(13.908)	19.910
Société Générale - Shanghai			
Obriga�es em moeda estrangeira	-	-	(235)
Sogener Administra�o e Serviços Ltda.			
Outros valores a receber de ligadas	2	1	15
Outros valores a pagar de ligadas	(43)	(306)	(830)
Depósitos � vista	(9)	-	-
Depósitos a prazo	(1.794)	-	(136)
Société Générale - Madrid			
Obriga�es por empréstimos do exterior	-	(62)	-
Diretoria			
Depósitos a prazo	-	(10.486)	(1.119)
Resumo por conta:			
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	29.368	34.458	(8.057)
Aplica�es em moeda estrangeira	17.813	5.012	166
Devedores diversos no exterior	14.549	5.451	15.064
Outros valores a receber de ligadas	2	1	15
Obriga�es em moeda estrangeira	(1.783.328)	(658.040)	10.888
Credores diversos no exterior	(17.845)	(28.399)	(35.033)
Obriga�es por empréstimos do exterior	(1.466.267)	(1.287.648)	(90.346)
Obriga�es por repasses do exterior	(33.524)	(28.414)	125
Outros valores a pagar de ligadas	(43)	(6.364)	(830)
Depósitos � vista	(180)	(2)	-
Depósitos a prazo	(4.508)	(13.971)	(1.685)

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

(a) Empréstimos e recebíveis

Conforme legisla o em vigor, as institui es financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

(i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;

(ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%.

(iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria institui o financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria institui o, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas institui es financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administra o ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(b) Remunera o de pessoas-chave da Administra o

	CONSOLIDADO
	31 de Dezembro
	de 2010
Proventos	8.209
Contribui�o ao INSS	1.278
Total	<u>9.487</u>

35. Benefícios a empregados

O Banco Société Générale, a partir do primeiro semestre de 2008, passou a oferecer um plano de previdência complementar de contribui o definida para seus funcionários, o qual   administrado por uma entidade fechada, Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco Société Générale e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as contribui es do Banco Société Générale totalizaram R\$ 451 e dos funcionários R\$ 515.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
 Em milhares de reais

36. Reconcilia o entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) aplicáveis ao patrim nio líquido e resultado líquido consolidados

Demonstramos a seguir a reconcilia o do patrim nio líquido e resultado líquido consolidados:

36.1. Reconcilia o do patrim nio líquido

	Referência	31 de dezembro de 2010	1� de janeiro de 2010
Patrim�nio líquido em BR GAAP (incluindo não controladores)		1.099.182	1.135.890
Reversão da amortiza�o de ágio	(a)	30.538	-
Despesa de deprecia�o de arrendamento financeiro - Arrendatário	(b)	31	-
Ajuste a valor justo de alguns contratos de Swap	(c)	461	(1.953)
Perda pela redu�o ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis (*)	(d)	25.593	22.642
Carteira de câmbio - Ajuste da taxa de câmbio pela taxa de mercado	(e)	(1.982)	(193)
Ajuste a mercado hedge accounting - Hedge de fluxo de caixa	(f)	330	1.465
Compra da totalidade das a�es de investimento	(g)	(30.068)	-
Efeito da taxa efetiva de juros (*)	(i)	46.384	88.884
Cessão de crédito	(j)	(69.691)	(333)
Ativo intangível gerado internamente	(k)	(273)	(1.590)
Imposto de renda e contribui�o social sobre ajustes de IFRS	(l)	23.909	(15.736)
Patrim�nio líquido em IFRS		1.124.414	1.229.076
Participa�es de não controladores		3	9.680
Participa�es de controladores		1.124.411	1.219.396

(*) Os valores em 1  de Janeiro de 2010 para a controlada Banco Pec nia estão ponderados a 70%, de acordo com a participa o do Banco Société Générale nesta data. Os valores referenciais considerando uma participa o de 100% para esta data são de R\$ 18.697 para Perda pela redu o ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis e R\$ 93.224 para Efeito da taxa efetiva de juros.

36.2.2. Reconcilia o do resultado líquido

	Referência	31 de dezembro de 2010
Resultado líquido em BR GAAP		(4.613)
Reversão da amortiza�o de ágio	(a)	30.538
Despesa de deprecia�o de arrendamento financeiro - Arrendatário	(b)	31
Ajuste a valor justo de alguns contratos de Swap	(c)	2.414
Perda pela redu�o ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis	(d)	6.896
Carteira de câmbio - Ajuste da taxa de câmbio pela taxa de mercado	(e)	(1.789)
Reclassifica�o de títulos e valores mobiliários	(h)	(106)
Efeito da taxa efetiva de juros	(i)	(46.830)
Cessão de crédito	(j)	(69.358)
Ativo intangível gerado internamente	(k)	1.317
Imposto de renda e contribui�o social sobre ajustes de IFRS	(l)	39.123
Resultado líquido reconhecido no exercício em IFRS		(42.377)

(a) Reversão da amortiza o de  gio

Segundo o BR GAAP, o ágio   amortizado sistematicamente durante um período de 10 anos e está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indica o de redu o ao valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com a IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não   amortizado,

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

mas testado para fins de determina o da perda de valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indica o de que o ágio possa sofrer perda de valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil.

(b) Despesa de deprecia o de arrendamento financeiro – Banco Société Générale como arrendatário

A IAS 17 estabelece que a classifica o de um arrendamento está diretamente relacionada   permanência dos riscos e benefícios relacionados   propriedade do ativo arrendado, com o arrendador ou o arrendatário. Permanecendo com o primeiro,   classificado como um arrendamento operacional, caso contrário,   classificado como arrendamento financeiro. Após análise, foi constatado que todos os riscos e benefícios inerentes a uma opera o de arrendamento ficaram com o Banco Société Générale (atuando como arrendatário nesse caso), logo tal opera o relacionada a um bem adquirido através de Leasing foi classificada como arrendamento financeiro, fato que gerou um ajuste no resultado do período referente   deprecia o dos ativos reconhecidos.

(c) Ajuste a valor justo de alguns contratos de Swap

No BR GAAP, de acordo com a Circular BACEN n  3150/02, quando o instrumento financeiro derivativo for contratado em negocia o associada   opera o de capta o ou aplica o de recursos, a valoriza o ou desvaloriza o decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada desde que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da opera o associada. De acordo com a IAS 39,   requerida a avalia o de todos os instrumentos financeiros derivativos a valor justo, logo, o ajuste consiste na contabiliza o do valor justo das opera es de swap contabilizadas pelo custo corrigido no BR GAAP.

(d) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis – Impairment

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as institui es financeiras, a constitui o de provisões para risco de crédito segue as regras da Resolu o 2.682 do BACEN. De acordo com o IFRS, o modelo de mensura o de provisão para opera es de crédito se baseia nos conceitos de perda incorrida, que requer a identifica o de evidência objetiva de perdas por redu o ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento do ativo financeiro.

(e) Carteira de câmbio - ajuste da taxa de câmbio pela taxa de mercado

No BR GAAP, de acordo com as regras do BACEN, o Banco Société Générale optou por utilizar a taxa de câmbio de compra para cálculo de varia o cambial dos saldos contábeis em moeda estrangeira. Para fins de IFRS, de acordo com a IAS 39, uma vez que as opera es de câmbio pronto e futuro atende às defini es de derivativo, segundo o parágrafo 9 da IAS 39, seu tratamento contábil deverá ser como um ativo financeiro mantido para negocia o, com a mensura o do valor justo por meio do resultado. Diante do exposto, as opera es de câmbio pronto e futuro foram ajustadas   taxa de câmbio de realiza o para as datas-base.

(f) Ajuste a mercado hedge accounting - Hedge de fluxo de caixa

As práticas contábeis adotadas no Brasil para as institui es financeiras em rela o às opera es classificadas como "hedge de fluxo de caixa" seguem a Circular BACEN n  3.082/02, a qual determina que os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge de fluxo de caixa" e os respectivos itens objeto de "hedge" devem ser ajustados ao valor justo, sendo a parcela efetiva registrada em conta destacada no patrim nio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra varia o, em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Para fins de IFRS, de acordo com a IAS 39, os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge de fluxo de caixa" devem ser ajustados ao valor justo, sendo a parcela efetiva registrada em conta destacada no patrim nio líquido e qualquer outra varia o, em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, mantendo o item objeto de "hedge" registrado pelo custo amortizado. Portanto o ajuste consiste na reversão do valor justo do item objeto de "hedge", registrado em conta destacada no patrim nio líquido, assim como de seus efeitos tributários.

(g) Compra da totalidade das a es de investimento

Em 10 de fevereiro de 2010, o Banco Société Générale adquiriu 30% da participa o do Banco Pec nia S.A., pertencente anteriormente ao sócio minoritário Tecnicredito SGPS S.A. (Portugal), passando a deter a totalidade da participa o, em BR GAAP o ágio decorrente dessa aquisi o   registrado na rubrica "Intangível", líquido de provisão para ajuste ao valor recuperável, afim de remanescer o montante do benefício fiscal a ser por este auferido. Segundo a IAS 27 parágrafo 30 "As mudanças na participa o societária de uma controladora em uma subsidiária que não resultarem em uma obten o de controle são contabilizadas como transa es patrimoniais. Assim sendo, os valores

Banco Société Générale Brasil S.A.
Notas explicativas da administra o às demonstra es
financeiras consolidadas especiais em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

contábeis das participa es controladoras e não controladoras serão ajustadas para refletir as mudanças em suas participa es relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participa es não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrim nio líquido e atribuída aos proprietários da controladora. No balanço em IFRS foram considerados os seguintes ajustes :
Reconhecimento da diferença entre o valor pago e o valor da participa o de não controlador no patrim nio líquido com reversão da amortiza o do ágio reconhecido em BR GAAP.

(h) Reclassifica o de títulos e valores mobiliários

A IAS 39 permite que uma entidade designe instrumentos financeiros na categoria de ativos ou passivos financeiros a valor justo através do resultado ou como ativos financeiros disponíveis para a venda na data de aquisi o ou emissão do instrumento financeiro. Segundo a isen o da IFRS 1, esta designa o, no caso da primeira ado o do IFRS, pode ser feita na data de transi o, mesmo que originalmente o instrumento tenha sido designado em outra categoria. Dessa forma, o Banco adotou essa isen o permitida pela IFRS 1 e designou títulos e valores mobiliários existentes na data de transi o, de mantido para negocia o para disponíveis para a venda.

(i) Efeito na taxa efetiva de juros

Conforme a IAS 39 ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis devem ser mensurados inicialmente a valor justo e subsequente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Esse método visa alocar outros componentes que representem receita e/ou despesa incorridas na origina o do instrumento financeiro ou esperadas durante sua vigência. Ao calcular a nova taxa efetiva de juros das opera es de crédito, foram consideradas as comissões pagas, rendas recebidas antecipadamente e a expectativa do fluxo futuro da carteira, representado pelos pr -pagamentos.

(j) Cessão de crédito

De acordo com a IAS 39, se a entidade tiver retido todos os riscos e benefícios da propriedade quando da transferência de um ativo financeiro, ela continuará a reconhecer o ativo transferido em sua totalidade. Dessa forma, o Banco reconheceu os ativos financeiros transferidos a outras institui es, tendo em vista a reten o substancial dos riscos dos contratos cedidos. E em contrapartida reconheceu a obriga o de repassar os fluxos dos ativos as institui es cessionárias.

(k) Ativo intangível gerado internamente

O Banco realizou na data de transi o a baixa de investimentos avaliados pelo custo, anteriormente registrados no ativo para fins de BR GAAP, tendo em vista não atender os requisitos para o reconhecimento do ativo, pelo IFRS. Da mesma forma, reconheceu custos de pessoas diretamente associados ao desenvolvimento dos ativos intangíveis que atendiam os requisitos da IAS 38 – Ativos intangíveis.

(l) Imposto de renda e contribui o social sobre ajustes de IFRS

A IAS 12 requer a contabiliza o de imposto de renda e contribui o social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de  gios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combina o de negócios e que na data da transa o não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais.

37. Aprova o das demonstra es financeiras

As demonstra es financeiras foram aprovadas e autorizadas para publica o pela Diretoria em reunião ocorrida em 17 de Junho de 2011.

38. Evento subsequente

Em 29/04/2011, foi lavrado um auto de infra o da Receita Federal do Brasil contra a controlada Banco Cacique S.A. pela glosa de despesas de amortiza o de ágio – em 31 de Março de 2011 totalizou R\$ 29.286.